



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

SUBCOMISSÃO DE CULTURA
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25-08-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Boa noite a todos, todas e todes.

Está presente a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, como Presidente da Subcomissão para Estudo, Análise e Debate de Projetos de Lei, Programas e Projetos relacionados à Cultura. Declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública presencial, no ano de 2022.

Essa audiência tem como objetivo debater os desafios da manutenção das ocupações culturais, cessão de uso dos espaços públicos, contratações e burocratização nos editais.

Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, por meio do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e também pelos canais no YouTube e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo, bem como no canal TV Câmara São Paulo. O convite dessa audiência vem sendo publicado, no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 20 de agosto de 2022 e divulgados no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 19 de agosto de 2022.

Foram convidados para essa audiência: a Secretaria Municipal de Cultura, Coordenadoria de Fomento à Cidadania Cultural - Cfoc, com o Sr. Vinicius Nascimento; Aline Corina Torres, representante das contradições artísticas; Sr. Eric Augusto, representando a Sra. Aurora Oliveira, de ocupações culturais; Tatiana Robles Seferjan, da Coordenadoria de Gestão do Patrimônio Imobiliário; Ivana Tenório da Silva, Supervisora de Cultura da Subprefeitura de Campo Limpo; Reginaldo Oliveira Santos, Supervisor de Cultura da Subprefeitura de M'Boi Mirim; Anabela Gonçalves, representante do Fórum de Cultura de Zona Sul e Sudeste; Sra. Kátia Alves, representante do Fórum de Cultura de Zona Sul e Sudeste, Brava Companhia; Sra. Alessandra Leite, representante da Biblioteca Comunitária de Djeanne Firmino, rede de bibliotecas comunitárias LiteraSampa; Aline Anaya, poetisa do projeto Revoada *Funk*; DJ Sérgio Ricardo, conhecido como Vovô, representante dos Fóruns dos Blocos de M'Boi Mirim; Suzi

Soares, representante da Feira Literária da Zona Sul - Feliz, Sarau do Binho; Alan Benelli, conhecido como Alan Shark, representante do Coletivo Fora de Frequência da Casa Cultural Mocambo, Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

As inscrições para o pronunciamento estão abertas, junto à Secretaria da Comissão.

Anuncio as presenças do Coveador, Eric Ovelha e do Co-deputado, Fernando Ferrari.

Boa tarde. Estão lidos todos os protocolos. Essa é a 3ª audiência pública que estamos rodando pelos territórios. Sejam todos muito bem-vindos.

As nossas audiências públicas estão acontecendo nos territórios, porque entendemos que as reuniões da Subcomissão de Cultura são realizadas sempre às quintas-feiras, às 10 da manhã, na Câmara Municipal de São Paulo. Então, muitas pessoas, de forma correta, apontam que há muitas dificuldades em participar em dias de semanas, em horário comercial, no centro de São Paulo. Então, a ideia da Subcomissão de Cultura, passados os piores momentos da pandemia, foi de conseguirmos circular nos territórios e ouvir a população sobre as questões referentes à cultura, bem como sobre o orçamento direcionado a ela, também, já que nós estamos na comissão de Finanças.

Para nós, é sempre importante visitarmos espaços que têm uma história relevante na área da cultura e dos trabalhadores da Cultura da cidade de São Paulo. Afinal, a Subcomissão de Cultura é uma reivindicação dos movimentos culturais. Ela existe, hoje, na Câmara Municipal de São Paulo, por conta de militantes da cultura, artistas e técnicos, sobretudo os de periferia, que requisitaram esse espaço da Câmara Municipal, principalmente para discutir o orçamento da cidade, quando nós sabemos que o orçamento da cultura não chega nem a 1% e que existe uma demanda histórica dos movimentos, de que esse orçamento seja de 3%, no mínimo.

Então, como a Subcomissão de Cultura é uma subcomissão requisitada e criada por conta desses coletivos, nós achamos justo e legítimo trazer a Câmara Municipal para ouvir, também, representantes da Secretaria Municipal de Cultura - isso é muito importante - e os representantes do território, para ouvirmos a população sobre quais são as demandas, as

questões, e tentar mais que ouvir: encaminhar alguma coisa que a gente possa fazer em relação às demandas que nós ouvimos.

Eu queria saudar, inclusive, o território: essa região de Campo Limpo e M'Boi Mirim possui uma história importante, com clube de mulheres, sobretudo de militantes, trabalhadores e trabalhadoras que vieram antes de nós. Então, se pensarmos em CEBs e em clubes de mães, nós estamos falando de um território que é farto em história da cidade e na construção de políticas públicas. Então, nós queremos muito saudar.

Queria saudar também duas pessoas que nos deixaram precocemente, que são desse território: a Dora Nascimento e a Tula Pilar. Nós gostamos sempre de reconhecer as pessoas importantes do território, que, de alguma forma, nos deixaram, mas ainda fazem ecoar a sua luta e a sua trajetória que ficaram.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Pezão, com certeza e Dona Raquel.

Obrigada, gente. Podem incluir todos. Acho muito bom que a gente saúde sempre os territórios, com a história de quem veio antes e que, de certa forma, pavimentou o caminho para estarmos presentes.

Nós temos feito uma dinâmica que é de trazer algumas pessoas que o território aponta. Então, sempre entramos em contato antes com o território, perguntamos quais são pessoas que ele gostaria que estivessem presentes na Mesa e faz-se esse convite para as pessoas falarem, no início. Depois, também abrimos para que as pessoas, que estão presentes na audiência, possam falar livremente e fazer os seus questionamentos e apontamentos.

Para isso, os Srs. Mário e Yoshimi, funcionários da Câmara, estão pegando e anotando os nomes das pessoas que quiserem fazer uso da palavra/ todas as pessoas que estão aqui, com o Eric, da Secretaria. A audiência pública é para isso. Todas as pessoas são muito bem-vindas a fazer uso da fala e sempre temos, também, a presença de representantes da Secretaria Municipal de Cultura e representantes do território, do Poder Público, que estão

presentes e que estarão ouvindo os questionamentos; e depois os chamamos, também, para a Mesa, para conseguirem fazer esses apontamentos.

Eu já vou chamar os nossos convidados do território, para iniciarmos. Então, convido à Mesa, para essa parte, o Sr. Alan Shark, do Coletivo Fora de Frequência. Nós podemos aplaudir. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – O Sr. Mário está avisando que quem quiser falar, pode levantar a mão, que ele irá, para facilitar a dinâmica das inscrições.

O Alan é MC, produtor musical, arte educador, atuante da cultura *Hip-Hop* há 25 anos, graduado em produção fonográfica musical pela Universidade Anhembi-Morumbi, cofundador do Coletivo Fora de Frequência e produtor especializado na Cultura de rua. Também ocupa as funções de gestor cultural e curador no Centro Cultural Mocambo, situado no distrito do Jardim Ângela, Zona Sul da cidade de São Paulo.

A Alessandra Leite está aí. (Palmas) É da biblioteca comunitária de Djeanne Firmino, rede de bibliotecas comunitárias LiteraSampa, mulher preta, nordestina, mãe há cinco anos e formada em Geografia, pela Unesp. Quem faz Geografia é sempre maravilhoso, gente. Encontrou, na arte e na cultura, os meios para dar sentido ao seu trabalho com educação e infância, para contar histórias e transitar pelas diversas linguagens artísticas e é uma grande brincadeira, onde se encontra a saga *Encontro dos outros*. Desde 2015, faz parte do Coletivo Achadoras de Histórias, atuando na gestão compartilhada da Biblioteca Comunitária de Djeanne Firmino, que integra a rede de bibliotecas LiteraSampa.

A Aline Anaya (Palmas) é da Revoada *Funk*, educadora, *slammer*, articuladora cultural e integrante dos coletivos Versos em Versos, Revoada *Funk*, e Goma Kaya Produções. É escrevente das inquietações pretas e periféricas desde à adolescência, atuando em diversas frentes artísticas e políticas em seu território, localizado na Zona Sul de São Paulo.

A Kátia Alves, Fórum de Cultura da Zona Sul - Sudeste e da Brava Companhia. (Palmas). É mãe, mulher preta, periférica, moradora da região de Campo Limpo, inquieta e

articuladora da Cultura e Educação. É, também, integrante e fundadora da Brava Companhia de Teatro, atuou no Movimento Cultural das Periferias e é uma das articuladoras do Fórum de Cultura Zona Sul - Sudeste.

DJ Sérgio Ricardo, mais conhecido como Vovô. Fórum dos Blocos M'Boi Mirim (Palmas).

Há cadeiras? (Pausa). Acho que está faltando uma cadeira, há mais uma pessoa para chamar.

O DJ Sérgio é estudante de Psicologia, Educador Social, membro da Gestão Colegiada do Bloco do Hercu. É produtor cultural desde 2014, no Bloco do Hercu.

Há mais duas cadeiras, pode ser? Há mais duas pessoas. (Pausa). Obrigada, tudo certo.

Suzi Soares, Feira Literatura da zona Sul, Felizs e Sarau do Binho (Palmas). Suzi é articuladora cultural e produtora de coletivos culturais da zona Sul de São Paulo. É formada em Letras, foi professora da Rede Pública por 7 anos. Organiza o Sarau do Binho desde a sua formação, há 18 anos. Participou da *Expedición Donde Miras*, Caminhada Cultural pela América Latina, que já percorreu a pé, com o Coletivo, várias cidades do estado de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, realizando saraus em ruas e em praças públicas. Participante dos projetos de incentivo à leitura como Bicicloteca, a Combiblioteca, o Clube dos Leitores do Sarau do Binho, o Conversa Vai Com Versos Vem, a distribuição de livro no terminal Campo Limpo e o Livro no Ponto. É Produtora e Curadora da Felizs - Feira Literária da Zona Sul desde a sua primeira edição, em 2015.

E a Paloma Xavier, dona da casa, muito obrigada, inclusive, ao Espaço CITA. (Palmas) A Paloma é atriz, artista da Dança, produtora e educadora cultural. É fundadora do Pepalantus Núcleo e Via Vento Companhia. É capoeirista, integrante do Grupo de Capoeira D' Angola Irmãos Guerreiros, faz parte ainda do Núcleo de Gestão do Espaço Cultural CITA, no qual atua artisticamente desde 2011.

Esqueci de fazer esse agradecimento, porque sou muito mal-educada (Risos). Ou

isso, ou porque me sinto muito em casa, muito à vontade. Então agradeço o Espaço Cita, à Dessa, e a todo mundo que nos recebeu muito bem. Importante dizer que estamos num espaço de ocupação, num equipamento público, num espaço da Prefeitura. Estar nesse espaço também significa muito, pois quando falamos da importância dos espaços de ocupação, queremos mostrar, nessas circulações que temos feito, como esses espaços podem ser acolhedores, atender à comunidade e como podem funcionar como equipamentos públicos, realmente, conforme defendemos e acreditamos. Queria agradecer muito, em primeiro lugar, ao CITA, por nos receber.

Vamos começar nossa Mesa. Alan, vamos começar? Antes de você iniciar, eu levei muitos puxões de orelha da última vez, com razão, porque nos pediram para fazer falas muito breves e saímos da outra audiência pública às 11h30 da noite. Então, farei esse pedido, principalmente, porque estamos a fazer uma audiência pública oficial da Câmara, temos muitos funcionários trabalhando e queríamos respeitar o horário de todos. Até queríamos ficar sempre para além disso, mas para que respeitemos esses trabalhadores, além de que todos possam falar, pedimos que não excedam 5 minutos, inicialmente, e, depois, vamos apontando se for o caso de precisar reduzir. Por favor, está bem?

O SR. ALAN BENELLI (Alan Shark) - Boa noite. É uma satisfação estar presente. Agradeço o convite. Vim para falar um pouco da experiência e dos desafios de manter o Centro Cultural Mocambo, um espaço que montamos, que o Coletivo Fora de Frequência montou, há quase 5 anos lá no Alto do Vieira, no jardim Ângela. Foi um sonho que realizamos.

O Coletivo Fora de Frequência existe há 15 anos e, antes de fundarmos o Mocambo, nós já circulávamos com as atividades, com os artistas parceiros, com os técnicos e tudo mais. Rodamos escolas, praças, espaços parceiros como este e tal.

Era o nosso sonho fundar o Centro Cultural Mocambo. A partir da Lei de Fomento à Cultura da Periferia, fundamos o Mocambo em 2018, com o projeto aprovado em 2017, e é isso.

Mas está acabando o recurso. Como vai ser? O dinheiro está para acabar. O que fazer? Como mantemos o espaço que sonhamos? Vamos regredir, voltar para trás? Antes, o

espaço no qual articulávamos era embaixo da garagem da casa, tipo, no porão. Realmente, era um porão. Depois, transformamos num escritório, num estúdio, onde articulávamos tudo. Inclusive, foi lá que escrevemos o projeto. Depois, foi aprovado e o sonho se realizou.

Foi uma experiência muito louca montar o Mocambo, colocar esse sonho para funcionar, ver a quebrada ocupando o espaço, tanto pelos artistas, quanto pelos técnicos e pela própria população. Os eventos são gratuitos, mas sempre pagando os artistas. Temos uma preocupação: não é só colocar a grana para fazer funcionar a parada. Os artistas e os técnicos são fundamentais para que os eventos funcionem. Eles são trabalhadores da Cultura e, portanto, precisam receber. Por isso, nós estamos tentando quebrar esse lance do paradigma de que estamos abrindo o espaço para vocês ganharem visibilidade, porém, isso é muito pouco. Lógico, é um movimento de luta, está acontecendo, até demorou, é nós por nós mesmos, vamos que vamos. Mas, quando há dinheiro, deve haver para todo mundo. Mesmo que seja pouco, esse pouco é bem-vindo: então, procuramos prever nos orçamentos.

Só fazer um esclarecimento: é só uma fala inicial e já era? (Pausa). É porque nunca participei, é a primeira vez. Se não, acabo falando dez minutos. (Palmas)

Ah, cinco minutos? Beleza. Então, vou finalizar. Mas, já vou terminar. Então, é isso: é fazer a parada funcionar.

Quando escrevemos um projeto, nós escrevemos pensando nisso, ou seja, manter o espaço, garantir para quem faz o espaço funcionar, mas também precisamos pagar os artistas para que eles sejam valorizados da maneira que devem ser. Lógico que não conseguimos chegar com o cachê que gostaríamos, pois sabemos que os recursos dos editais, por mais que o fomento - falando do fomento - seja um recurso já mais considerável, ainda é pouco. É pouco para se pagar tudo e todos. Mil reais não paga um *show*. Quanto tempo aquela pessoa, aquele grupo ficou desenvolvendo aquele espetáculo? Então, mil reais não paga aquele espetáculo, não paga aquela intervenção de 40 minutos, não paga aquele grafite.

Precisamos lutar para que a própria Lei de Fomento aumente, que se criem outros editais, ou que se criem outras formas de repassar esse dinheiro para os espaços e para os

artistas, pois eles estão na quebrada, trabalhando. Nós estamos, na quebrada, trabalhando, fazendo acontecer e fazendo o papel, muitas vezes, do Poder Público. É isso.

Estamos presentes, também, para contribuir. Sei que o tempo é curto, vou encerrar. Vamos, que o *show* não pode parar. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Obrigada, Alan. Depois, você pode se reinscrever. Vou chamar a Suzi. Antes, só esqueci de dar um recado: quem quiser, quem chegou do trabalho, há uma mesa de comes e bebes ali, logo ali. Quem quiser comer e chegou direto do trabalho, à vontade. Suzi, com a palavra.

A SRA. SUZI SOARES - Um chapeuzinho, pulou para cá. Estava feliz, arquitetando o que vou falar. (Risos)

Enfim, sou Suzi Soares, nasci nessa região do Campo Limpo. Lembro-me de ter vindo aqui, quando criança, com a minha mãe, nesse lugar, que era a Subprefeitura do Campo Limpo. Estou na luta, desde então. Trabalho com o Sarau do Binho e com a Feira Literária da Zona Sul. No Sarau do Binho, há pelo menos 20 anos, e, com a Feliz, há 8 anos, e eu me lembro de que nós nunca tivemos quase nada aqui.

Em 2012, quando nós estávamos no Sarau, surgiu a oportunidade de participarmos da Virada Cultural. Foi o primeiro ano em que houve sarau na Virada Cultural. Naquele ano, nós fizemos um corre danado, porque ninguém tinha um CNPJ de produção artística. Foi aquela correria para ir atrás de CNPJ. Apareceu uma empresa que cobrava 5%, e fomos todos nessa empresa, mas depois ninguém sabia quem era essa empresa. Enfim, nós fomos. A partir de ali, fomos começando aos poucos, engatinhando e aprendendo um pouquinho a cada dia, aprendendo que deveriam, pelo menos, existir as políticas públicas para garantir que esse nosso trabalho existisse de uma forma honesta e remunerada, porque há gente que não considera arte como trabalho. Há gente que pergunta com o que nós trabalhamos, e, quando respondemos, que é com arte e cultura, vem a pergunta: “Okay, mas com que você trabalha? ”. Então, continuamos nesse mesmo caminho, com essas mesmas dificuldades.

Eu vejo que, agora, algumas pessoas mais têm conseguido acessar alguns editais.

O pessoal que acessa os editais, como ProAC e Fomentos, desde 15, 20 anos, deve estar meio descabelado agora, porque há uma galera que está sabendo que está rolando isso aí e está indo atrás. Quando nós olhamos o *Diário Oficial*, no ProAC, há 600 grupos inscritos, quando, antes, deveriam ser de 40 a 100, não sei. Mas, apesar disso, nós sabemos que ainda é muito pouco. Na época de escrever editais, um monte de gente vem atrás de mim, para perguntar se dá para eu ajudar a escrever o edital. Mas eu não dou conta, porque eu já tenho uma demanda muito grande.

Eu vejo essa carência de gente que está começando e que não sabe nem por onde começar para abrir um edital, uma plataforma; estão engatinhando. Além disso, há as burocracias da Secretaria Municipal de Cultura, que, a cada ano que passa, ao invés de facilitar as coisas, elas vão ficando mais difíceis para a gente. Há umas leis que nós não conseguimos ver sendo cumpridas, nós vemos escassez de funcionários. Uma vez, inclusive, um funcionário da Secretaria me enviou uma mensagem às 11 horas da noite, falando de um documento que estava errado. Eu perguntei: “como é que um funcionário estava trabalhando até uma hora daquela?”, apesar de que eu também estava, porque produtor é louco. Além de toda essa burocracia, não há funcionário suficiente para atender a essa demanda.

Há quanto tempo não é promovido um edital de concurso público para a Secretária da Secretaria Municipal de Cultura? Isso tudo vai dificultando nosso trabalho, porque você faz um trampo, demora 50 dias para receber o pagamento, fica um pessoal na sua cola perguntando quando vai cair o dinheiro, achando que estamos segurando. O governo vai mudando e não há uma lei que fique. É a política do momento: entra um mandato, muda tudo e aquilo que você tinha, já volta tudo para trás. Por exemplo, em uma contratação artística de um cara que está começando hoje, que tem uma banda, um trabalho de literatura ou o que quer que seja, como vai comprovar, com três notas de 2019 para cá? Quem é que trabalhou de 2019 para cá, gente? É necessário comprovar, por meio de notas, que ele merece aquele cachê. Ao mesmo tempo, quando você abre o *Diário Oficial*, há gente ganhando uma puta grana para fazer um *show*. Que critério é esse que avalia que o meu trabalho vale menos do que aquele outro, daquela outra

peessoa, que vai ganhar 400 mil e eu, com um grupo de 20 pessoas, vou ganhar quatro mil?
Como é que isso funciona?

Além de outras tantas questões, o PMLLLB, que não está sendo praticado, exercido, teve uma verba que foi disponibilizada para as Feiras Literárias. A Feliz existe há oito anos e, partir da sua criação, já surgiram mais 13 Feiras Literárias pelas periferias de São Paulo. As pessoas se inspiraram em nós e viram que é possível realizar uma Feira Literária. Aí, surgiu uma verba a partir do PMLLLB - Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca – é difícil assim, tudo é difícil nisso –, só que essa verba, que é uma lei, foi disponibilizada, mas você não consegue acessar. Há essa verba, em que você possui direito a 50 mil, 100 mil reais, só que, com esse valor, para uma Feira Literária, só é possível pagar contratação artística. Uma Feira não se faz só com homens e livros, mas com trabalhadores, com produtores, com camarim, com banheiro, com segurança, e nós não conseguimos pagar essas pessoas com a verba que vem. Fica muito difícil e a gente tende a desistir, mas os dinheiros vão chegando e a Feliz vai acontecer agora, em setembro.

Na semana passada, eu tive a confirmação de uma verba. É tudo em cima da hora, é tudo no sufoco e nós não conseguimos nos programar decentemente. Toda a nossa equipe está trabalhando, desde março, sem receber um tostão, porque nós não tivemos um edital neste ano. São só lamentações, gente. Por mais que nós tenhamos avançado, ainda falta muito.

Por isso, eu estou aqui para pedir.

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Suzi.

Tem a palavra o Sérgio Ricardo, o Vovô.

O SR. SÉRGIO RICARDO – Boa noite a todos, a todas e a todes.

Eu sou o DJ Sérgio Vovô e faço parte da organização colegiada do Bloco do Hercu. Somos um bloco de resistência apartidária, entretanto, de Esquerda – nos denominamos assim –, e assim caminhamos. Vou ser breve, porque, para eu falar sobre o Fórum dos Blocos, eu precisaria caminhar pelo Bloco do Hercu, pelo Bloco do Beco e pelo Bloco É Di Santo, que

encabeçaram esse movimento do Fórum dos Blocos, do M'Boi.

Em 2019, a UFABC e o Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da FGV – que é o setor de pesquisas de campo cujo é desenvolvido nesse curso – nos solicitaram como objetos de estudo. Nós solicitamos que, para fazerem essa pesquisa, eles teriam que conviver conosco durante um ano, para saberem da nossa realidade, como nós nos desenvolvíamos: pois nós não éramos somente um bloco de Carnaval e que não atuávamos só no domingo de Carnaval. Nós sobrevivemos com atividades anuais; e assim são a maioria dos blocos da nossa região – e nós somos 14 no Fórum dos Blocos –, que engloba Jardim Ângela, Capão Redondo, São Luiz e um no intermediário, próximo ao Campo Limpo.

Através dessa pesquisa, conversando, em 2020, antes da pandemia, nós achávamos que, para nos movimentarmos enquanto coletivos - não só esses três -, precisaríamos ter uma organização, para que pudéssemos desenvolver um projeto que servisse para toda a nossa região. Isso só se daria se nós nos uníssemos. Então, foi solicitado à UFABC e à FGV que estendessem essa pesquisa para os outros blocos também. Até então, nós não tínhamos essa ideia de fazer um fórum e foi, por solicitação do Professor Lúcio, da UFABC, que formamos um. Daí em diante, começamos a nos movimentar, entendendo as demandas, até porque nós não sabemos, salvo engano, nós temos os Parlamentares presentes e o Reginaldo da M'Boi, que podem tirar essa dúvida, se existe. Eu não conheço nenhum núcleo de políticas públicas da Cultura voltado para o Carnaval periférico. Existe? Conhecem? (Pausa). Eu também desconheço.

Então, o Fórum foi desenvolvido para que corramos atrás disso: buscar políticas públicas para a cultura, para os blocos de Carnaval periféricos, entendendo que a nossa realidade é diferente dos blocos e megablocos do centro. Nós somos nós por nós. Nós fazemos Carnaval de 20 mil reais, 25 mil reais. Colocamos 5 mil pessoas, em média, no Jardim Herculano, no Jardim Ibirapuera, no Monte Azul e nos outros bairros. Esses 25 mil reais que nós desembolsamos, que conseguimos passando o chapeuzinho, passando o chapeuzinho, conseguimos indo no comerciante que, no ano todo, nos agrega com 500 reais, mil reais. Então,

são 500 de um, 500 de outro e é assim que nós fazemos o Carnaval.

Uma coisa que também é bom salientar: nós não estamos aqui para jogar pedra no Poder Público. Aquilo que nos resta, vem todo ano, que é o de praxe e vem muito bem, e eu tenho de agradecer ao Reginaldo por isso. O que o Poder Público nos disponibiliza, que é banheiro químico, CET, Polícia Militar – tudo isso vem para nós, e está vindo com louvor. Então, nós temos que agradecer, quando temos que agradecer e temos de apedrejar, quando precisa apedrejar. Estou brincando, hein, não vão levar a sério, não. Não é literal, não.

Eu agradeço a Elaine, pelo convite. O Carnaval periférico, também, merece este espaço, merece estar nesta Mesa para discutir cultura, porque também faz parte desse contexto.

Não vou me estender mais, mas, em linhas gerais, é isso. O Carnaval periférico clama por um espaço e já vem lutando por isso. Essa luta não começa conosco. Nós vamos pegar o Fórum dos Blocos de M'Boi e Império do Morro, que está há mais de 28 anos, é de 82. Então, já há uma longa caminhada aí. Possui 40 anos de história. Então, muitos desses blocos, que estão hoje no Fórum dos Blocos M'Boi, aprenderam com esse pessoal aí. E nós estamos aí, botando a cara para ver o que consegue. Eu estou igual à minha amiga Suzi, eu estou pedindo também. Virei pidão. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Vovô.

Aline Anaya.

A SRA. ALINE ANAYA – Olá, boa noite a todos, todes. Boa noite, gente.

- Respondem boa noite.

A SRA. ALINE ANAYA – Muito obrigada. Licença para chegar. Licença aos mais velhos. Licença aos mais novos. Agradeço, também, pelo convite. Eu vou abrir a minha fala com uma poética minha, que é sobre este território, porque, no final das contas, nós estamos falando sobre território. Chama-se *Orê*, essa poesia, que significa “nós”. E é assim:

“Na mira do meu sonho

E na contradição do solo,

Eu, na vida, me exponho,

Minhas dores eu boto no colo.

Saudade é um rio que curva na margem da solidão,

Eu sou um peixe dentro d'água, mas não me afogo em ilusão.

Tantas viagens perdidas rumo ao senso comum,

Eu vi a arte da guerra, mas não era *Sun Tzu*.

E eu vi balas achando corpos estirados na minha frente,

Eu vi o mais louco da quebrada botar terno e virar crente.

Voltei a fita.

Do passado que me atravessa, eu separei joio do trigo,

Eu distingui peça por peça

E Cataratas do Iguaçu foi pouco perto do meu choro.

Mas depois disso o meu sorriso virou uma mina de ouro,

Aí, você sabe, né, é vivência *made in* favela.

Eu posso até correr sozinha, mas eu luto por ela.

É mandinga, capoeira,

Tudo para uma vida inteira.

Na palavra dos “antigo”,

Boto uma arruda atrás da orelha.

A minha alma de menina é garrafa PET na ladeira.

São Cosme e Damião, é na Maria Benzedeira.

E eu sinto os cantos vibrando, sim,

Aí, olhei para o lado,

O coração de todo gueto é um quilombo sagrado”. (Palmas)

E, aí, eu queria abrir com essa poética, porque nós estamos falando de território. Eu faço parte, também, do Bloco do Beco, que é a minha casa, o meu lugar, o meu espaço de vida e de potencialização da vida. E lá, a gente, em uma inquietação nossa, depois do que aconteceu com a galera do *funk* em Paraisópolis, nós ficamos muito com essa inquietação, nos últimos

tempos: *funk* é cultura? *Funk* é cultura para vocês?

- Respondem “sim”.

A SRA. ALINE ANAYA – Mas eu acho que o *funk* não é considerado cultura na maioria dos espaços. E, aí, observando com o Lennon, com a Sabrina, com a Júlia, com a MC Lalão, eu percebi o esvaziamento dessa galera, e dentro de uma perspectiva de troca mesmo, de trocar e de aprender com os meninos do *funk*, com as meninas do *funk*. Então, nós decidimos escrever um projeto chamado Revoada *Funk*, um projeto que foi contemplado pelo VAI e com a verba que nós estamos fazendo muito malabarismo para acontecer, porque o projeto tomou proporções gigantescas. Nós percebemos a presença de muitos meninos, de muitas meninas que gostam e que fazem o *funk* no Bloco do Beco. E, incrivelmente, eu nunca vi aquele espaço tão favela, assim.

Então, foi muito importante isso, essa troca. Tenho aprendido muito e me coloco mesmo nesse lugar de aprendizado, porque, quando eu volto para 2006, 2007 e 2015 já com Versos em Versos, Sarau do Binho, Cooperifa, quando eu me vejo olhando, ali, a galera recitar e que isso me desperta o encantamento, eu percebo que essa galera sente esse encanto, quando pega o microfone e expõe as suas letras, e que são incríveis. Nós temos aprendido muito a exercer, também, essa escuta.

Então, é isso. Eu vim falar um pouco sobre este projeto, que se chama Revoada *Funk*, o qual é um projeto que vem acontecendo. Agora, infelizmente, acabou, já está concluindo o VAI, mas a gente pretende dar continuidade. E, aí, como dar continuidade sendo uma produtora cultural sem verba? E, aí, como dar continuidade despertando tanto sonho? O que nós fazemos com esses sonhos que estão despertados? Com esse menino que quer pegar o microfone, quer cantar e que não há espaço? Com esse menino, com essa menina, que é marginalizado e marginalizada o tempo todo, que é colocado à margem? Porque quando ele escuta *funk* ou quando ele coloca aquela vestimenta, automaticamente a sociedade já o coloca como marginal. Então, como dar continuidade?

Eu deixo, agora, esta provocação, para todo mundo: como nós damos continuidade?

É isso. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Aline do Quilombo Periférico) – Obrigada, Aline.

Alessandra Leite.

A SRA. ALESSANDRA LEITE – Boa noite.

Eu fiz uma colinha, porque eu estou muito nervosa. Para não me esquecer ou para não perder o foco, eu vou seguir a minha colinha.

Primeiro, eu gostaria de dizer que é um prazer e uma grande responsabilidade estar com a palavra nesta ocasião, porque eu estou representando a minha coletiva, que é a Achadoras de Histórias, que faz a gestão compartilhada da Biblioteca Comunitária Djeanne Firmino, mas também representando a rede, que não abrange só o Município de São Paulo, mas outros municípios também, que é a Rede LiteraSampa.

Venho trazer um pouco do nosso contexto de atuação, que representa, pela nossa experiência, o contexto da grande maioria das bibliotecas comunitárias do país. Nós, da Djeanne Firmino, temos 13 anos de atuação e hoje estamos localizados no Jardim Olinda, no Campo Limpo.

Nós possuímos um acervo de aproximadamente 4 mil livros, de diferentes gêneros, mas principalmente focados na escuta dos nossos mais de 300 leitores e frequentadores desse espaço. Nós promovemos ações artísticas e culturais, com participação de agentes da comunidade, como associação de bairro, escola e UBS; fomentamos artistas e escritores periféricos comprando seus livros, fazendo lançamentos, como houve o lançamento da Aline Rodrigues hoje, também a Oficina de Escrita Criativa da Helena Silvestre, essa semana.

Nós abrimos as portas de segunda a sexta-feira para prestar um serviço à literatura e ao bem-viver comunitário; porque, diferentemente da concepção de bibliotecas como esse local de silêncio, e espaço também desses livros intocáveis, a biblioteca comunitária é espaço de fruição, movimento, vida, diálogos, onde a literatura é porta, ponte e janela para acessar conhecimento, arte e imaginação.

Desde 2016, nós fazemos parte dessa Rede LiteraSampa, formada por 18 bibliotecas

localizadas em São Paulo, Mauá, Guarulhos e Santo André; bibliotecas essas que têm em comum projetos e ações voltados à formação de leitores e que, em rede, apontam para a construção de políticas públicas de difusão do livro e da leitura, bem como a incidência sobre essas políticas.

Somos 18 na Rede LiteraSampa; 115 na Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias – RNBC. Uma esmagadora maioria dessas bibliotecas estão localizadas em bairros periféricos, onde a mão do Estado não alcança, desempenhando papéis de extrema relevância à transformação social, pois são locais de acesso ao conhecimento, à arte e a direitos fundamentais para a plena cidadania.

Infelizmente, faz parte, também, da nossa realidade compartilhada, a ausência de políticas que deem condições à sustentabilidade das nossas bibliotecas. As ameaças de precarização e fechamento de espaços são uma constante no nosso cotidiano. Nossos recursos são oriundos, na sua maioria, de outras linguagens artísticas, que não cobrem os gastos com manutenção de espaço e recurso humano adequado à demanda da biblioteca comunitária.

Nossas mediadoras e mediadores de leitura possuem baixa ou nenhuma remuneração para desempenhar o seu trabalho, tendo que se desdobrar entre outros projetos para se manter na equipe.

Em 2015, a gente obteve uma grande conquista, na base da luta, por esses representantes da literatura de diversas formas, tanto de bibliotecas, escritores, editoras alternativas, que foi a aprovação da Lei 16.333, que é justamente a lei do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que nesse ano de 2022, pasmem, há R\$ 1 milhão em recursos, que têm sido empenhados com a natureza de contratação artística.

Como bem mencionou a Suzi, a quantidade de burocracias, notas e comprovações de que temos que apresentar para acessar esse recurso e que não faz parte da nossa realidade, para mim, é uma tiração. Porque é uma luta comunitária pública das periferias colocada dentro de um filtro absurdo, que nós não conseguimos acessar, por conta de toda essa burocracia envolvida nessa natureza de gasto, quando esse recurso deveria ser destinado a editais e

prêmios nas bibliotecas comunitárias.

Entendendo esse papel que não é só literatura, porque levamos sonhos, damos possibilidade de as pessoas sonharem com outras realidades muito possíveis para esse mundo sem racismo, sem analfabetismo. O sonho de ter os nossos direitos garantidos é através da literatura, que nós desenvolvemos nesse trabalho tão importante.

Cada biblioteca desempenha o seu território, então, é urgente tirar do papel as leis que já foram aprovadas, mas que não estão sendo empenhadas conforme o seu destino, para que possamos continuar fazendo o que a gente sempre faz, que é defender a literatura como defende Antônio Candido: um direito humano, não é um luxo; assim como a comida, a saúde, a educação, a leitura é um direito básico, talvez uma das formas primordiais para que alcancemos os outros direitos, porque a leitura é o primeiro contato que faz o ser humano entender que possui direitos e, através dela, lutar pelos seus direitos.

Assim eu encerro a minha fala. Espero que essa voz ecoe, porque ela não é minha. São de 18 bibliotecas espalhadas pelo Município de São Paulo e Grande São Paulo.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Obrigada, Alessandra. A próxima oradora é a Sra. Kátia Alves, representante do Fórum de Culturas de Zona Sul e Sudeste, Brava Companhia.

A SRA. KÁTIA ALVES – Boa noite a todas, todos e todes.

Vou tentar ser breve. Não sei se eu vou conseguir, porque é muito acúmulo. São muitos anos de luta e de acompanhar avanços e retrocessos, mas eu vou tentar sintetizar algumas questões.

Acho que já foi falado da questão do trabalho que os coletivos culturais e artísticos fazem onde o braço do Estado não chega. O Estado chega, mas de uma maneira repressiva, justamente para oprimir nossos corpos pretos e periféricos.

Então, eu acho que esta audiência pública é muito significativa porque, por mais que seja uma iniciativa do mandato, é o que deve ser feito, porque a gente elege os nossos

representantes para nos representarem; então, é importante que essas audiências comecem a ser prática de todos os mandatos, é um ponto.

Agradecer o convite. E vou trazer alguns números que estão desatualizados, porque, desde 2015, nós fizemos, na ocupação do Sacolão das Artes, um dossiê, com os espaços de ocupação naquele ano, em 2015. Eram 15 espaços de ocupação; hoje, não sei qual o número desses espaços, mas, desde 2015, reivindicamos que essas ocupações tenham verba e dinheiro para manutenção, porque um dos motivos da ocupação do Sacolão das Artes ter sido desocupada foi, justamente, porque os coletivos não davam conta de realizar o seu trabalho criativo e manter um espaço tão grande. Até hoje não há o reconhecimento do trabalho cultural e social que os espaços de ocupação fazem. Isso, a Secretaria Municipal de Cultura tem obrigação de fazer.

Nós começamos um diálogo que parou. É importante que ele seja retomado. Esse é um ponto.

Temos um plano municipal de cultura delineado, desenhado, que foi discutido em 2003, 2009, 2013 e construído. Existem encaminhamentos desse plano municipal de Cultura. O primeiro deles é a contratação e o concurso público para o quadro de funcionários da Secretaria. O que aconteceu? Onde está a efetivação das demandas desse plano municipal de Cultura? Onde ele está? É importante que ele seja retomado, e as reivindicações, os encaminhamentos sejam dados, porque, para além de um plano que foi construído em determinado mandato, teve vozes da sociedade civil e foi construído a partir de audiências públicas como esta, elas não podem ser desconsideradas. Existem demandas que foram discutidas. É importante que esse plano seja tirado da gaveta e seja encaminhado como uma reivindicação de uma construção popular e coletiva, como, de fato, o foi. Inclusive, eu e muitos de nós estivemos nessa construção. Então, eu gostaria de ouvir dos representantes da Secretaria sobre como está e como está o encaminhamento a partir desse plano municipal de Cultura.

Estou representando o Fórum de Culturas da Zona Sul e Sudeste. Um fórum que não surgiu em 2020, já traz uma história do Fórum Social de São Luiz, Fórum M'Boi e Campo Limpo,

a mobilização de ocupação do Sacolão das Artes. Com toda essa mobilização do momento de pandemia, nos reunimos em 2020, levantamos algumas demandas e com o movimento cultural das periferias, no ano passado, fizemos uma conferência virtual. Vou ler, rapidamente, as demandas que foram levantadas na pré-conferência do Fórum, porque eu acho que isso é representativo, dá voz para o coletivo e para as demandas que foram debatidas.

Citei algumas principais: primeira, ampliar o orçamento da pasta da cultura para 3%, sendo 50% para as periferias; efetivar, imediatamente, os conselhos gestores das Casas de Cultura – essa história de terceirizar para as OSS: vai ter luta -; investir na modernização tecnológica de equipamentos e estrutura de conectividade e internet livre, com boa qualidade e alta transmissão de dados para os eventos e gestão nos espaços culturais públicos e independentes; criar espaços culturais para a juventude a exemplo do Centro Cultural da Juventude, conforme deliberações do Estatuto da Juventude em todos os distritos da cidade de São Paulo, com ampla conexão, *wi-fi* e conectividade; criação de equipamentos de cultura, casa de cultura, teatro, biblioteca na região de Parelheiros – temos um movimento na região de Parelheiros; criar programas e aportes financeiros para manutenção e continuidade de atividades dos espaços culturais independentes das periferias, nos parâmetros da Lei de Fomento à Cultura da Periferia – já amarrando com essa pauta de valorização dos espaços independentes -; criar mapeamentos referentes às culturas e materiais e comunidades samba, terreiros e outros, para fomentar a construção de políticas públicas que contemplem as vozes dos coletivos; criar mecanismos para desburocratizar contratação dos fazedores de cultura tradicionais, conforme definido na Lei Cultura Viva, Lei 13.018/2014, assim como sua prestação de contas, visando incorporar nos processos de produção e difusão do Sistema Municipal de Cultura os saberes diversos das culturas e resultados diversos de processos não acadêmicos de formação; ampliar e criar nos territórios periféricos escolas municipais de iniciação artística, que garantam a democratização do fazer artístico, ampliando o acesso das crianças e adolescentes à expressão artística e dialogando com atores culturais dos territórios; fomentar o fazer artístico de coletivos e artistas das culturas periféricas, através de residências artísticas, por meio de editais em

espaços públicos e comunitários de cultura, físicos ou virtuais, que deem suporte financeiro às demandas de criação, promoção e desenvolvimento dos fazeres culturais; inclusão permanente dos povos quilombolas, indígenas, comunidades LGBTQIA+, PCDs, precedendo os programas e projetos da Secretaria Municipal de Cultura; por fim, criar prêmio que valorize os fazedores das culturas tradicionais, conforme definido na Lei Cultura Viva, capoeira, samba, manifestações de matrizes indígenas e africanas entre outros.

Então, eu li, resumidamente, as demandas do Fórum que foram levantadas na pré-conferência realizada no dia 08 de maio de 2021.

Só para finalizar, eu fiz um levantamento de dados do Censo 2010, ainda não tenho um atualizado. Mas, em 2010, a população das Subprefeituras de Campo Limpo e de M'Boi Gaba mais de 1 milhão de pessoas, com 15 espaços culturais. Esse mapeamento está no caderno que foi disponibilizado do plano municipal. Nessas duas Subprefeituras gigantes, nós só tínhamos 15 espaços culturais, considerando Casa de Cultura e CEU; do outro lado, na Subprefeitura da Sé e Subprefeitura de Pinheiros, as quais juntas somam 430 mil de população, menos da metade do que as outras duas, tínhamos 18 espaços culturais.

A desproporção populacional dos equipamentos mostra que é mais do que razoável que a Secretaria de Cultura reconheça o valor que os espaços de ocupação têm e valorize-os; na verdade, o investimento seria fazer o serviço público que os espaços oficiais ou diretos – como queiram falar – não dão conta de fazer, mas, também, por outro lado, os espaços diretos ou as Casas de Cultura ou os Centros Culturais que não têm um diálogo muito efetivo com os seus coletivos e que também não fazem o trabalho que os coletivos fazem nos territórios. Com a gestão desses espaços públicos sendo feita por pessoas que não entendem a cultura e os coletivos do território, o espaço também é subutilizado e, muitas vezes, os coletivos nem conseguem acessar espaços para utilização.

Vou encerrar minha fala, porque acho que já excedi. Peço desculpas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Kátia.

Vou quebrar o protocolo, só porque você tocou num ponto que eu acho muito fundamental nós falarmos, por causa da Conferência Municipal de Cultura, para lembrar que a última conferência, de 2013 – se não me engano –, na verdade, ela recolheu de outras três conferências feitas anteriormente. Ela não foi de um mandato na cidade, ela foi de três conferências anteriores. Também lembrar que esse dado, que você deu e que a Suzi citou no começo, que é a questão que a gente sempre bate, e sempre respondem que a Secretaria Municipal de Cultura não há funcionários e isso é real mesmo. Não há funcionários. Em 2013, a proposta número 1, da Conferência Municipal de Cultura, que foi a mais votada, não era para abertura de concurso público, mas sim reformulação da Secretaria Municipal de Cultura. E isso foi para o Plano, a Secretaria Municipal de Cultura teria de passar por uma reformulação das suas equipes, com nova contratação de funcionários. E, em 2022, nós já perdemos o prazo de duas metas, que são de cinco em cinco anos, e não houve nenhuma reformulação, pelo contrário, a gente viu uma queda ainda maior dentro das equipes da Secretaria Municipal de Cultura.

Por isso, quando a gente fala de sucateamento da Secretaria Municipal de Cultura, estamos falando do sucateamento do funcionalismo público municipal. E, durante a pandemia, quando, inclusive, estávamos nas audiências públicas, em alguns momentos, nós víamos o desgaste físico, mental e emocional dos trabalhadores da Secretaria, que tinham que ir lá responder na Subprefeitura. E, num primeiro momento, era o Alê Youssef, que nunca apareceu para conversar. Tivemos muita dificuldade, acho que a Aline Torres foi uma vez na Câmara Municipal de São Paulo e são sempre os funcionários da Secretaria que vão atender.

Acho bem importante essa pauta para falar também que nós não tivemos uma Conferência Municipal de Cultura, nos últimos tempos, e tivemos uma de iniciativa popular que não foi considerada pela Secretaria.

Desculpe falar no momento errado, mas acho que foi importante pontuar isso.

Com a palavra a Paloma, por favor.

A SRA. PALOMA XAVIER – Obrigada. Boa noite, pessoal. Boa noite. Agradeço o espaço, a casa é nossa, mas agradeço o espaço de fala, porque é muito importante para o

Espaço Cultural CITA ter esse lugar, na Câmara, para poder falar, e receber em casa. Por isso, tenho que agradecer. Agradeço também o Movimento Cultural das Periferias e todos os movimentos e fóruns que existem pela cidade.

Sou Paloma, artista residente do Espaço Cultural CITA, desde a fundação. Também faço parte do Fórum de Dança da Zona Sul e Sudoeste, enfim, muitas coisas a falar.

O Espaço Cultural CITA está neste espaço, nasceu, há 11 anos, na verdade, fomos contemplados e estamos num bloco de ocupações que possui prêmios e mapeamento – já vou falar sobre isso – e que são chamados de espaços ociosos. Mas este espaço, como vários outros pela cidade, não estava ocioso, estavam em abandono. O Espaço Cultural CITA e essa gestão dos coletivos, essa gestão de artistas que fazem do uso do espaço, pegaram o espaço em abandono, e não um espaço ocioso.

Por que acho importante falar de espaço em abandono? Porque o espaço precisou ser reformulado, precisou ser reformado, precisou ser totalmente refeito e foi refeito voluntariamente pelos artistas que habitam este território. Quando nós chegamos aqui, em 2011 – Dêssa, Joca, assim como outros artistas que estão presentes –, essas paredes não eram tão bonitas assim, não tinha equipamentos, não tinha nada, nem luz e nem água. Eu cheguei em 2011 como aluna da primeira proposta que estive neste espaço, que era Escola Popular CITA, fruto de um coletivo de teatro que pegou um fomento para realizar essa escola.

Para a minha trajetória pessoal, este espaço é importantíssimo, porque há 11 anos eu era bem jovem e, para a minha formação, como artista e profissional, foi muito importante. E o CITA, que está localizado no Campo Limpo, em frente à praça, é um espaço que recebe pessoas deste território, mas, também, pessoas de outros municípios, porque temos pontos de ônibus que vai para Itapeverica, Embu, enfim. Este espaço não é somente do município de São Paulo.

Falo isso, porque eu também venho de outro município. Eu venho de Cotia, que é da região Sudoeste e, como lá é mais difícil ainda, este foi um espaço que me acolheu e me deu possibilidade de estudar. Também, por ser uma pessoa periférica, de outra região, mas eu tive

oportunidade de conhecer, graças a uma política pública e a um coletivo que ocupou este espaço.

Desde a ocupação deste espaço, que é um prédio da Prefeitura, onde foi a Subprefeitura do Campo Limpo, que estava em abandono e foi revitalizado inicialmente por um grupo de teatro e, aos poucos, foram entrando e passando outros coletivos. Hoje o CITA possui nove coletivos residentes no espaço.

Estive no início da fundação, depois, saí por um tempo, fiz outras coisas, e muitas pessoas continuaram e mantiveram este espaço, como o Coletivo Bando Trapos, que nunca deixou de estar. São pessoas que estão desde o começo e que permaneceram. Eu pude sair, voltar, retomar e continuar, por quê? Porque teve pessoas que nunca saíram. E essas pessoas, na maior parte do tempo, prestam um serviço voluntário. A gente não romantiza nem um pouco, não é bom e algumas vezes esses coletivos acessaram editais, mas não era para manutenção do espaço, era para fazer os seus próprios trabalhos. Por exemplo, um coletivo pegou um edital para fazer o seu festival, um coletivo pegou um edital para fazer o seu espetáculo, o seu *show*, e a equipe se desdobrava – e se desdobra até hoje – para manter o espaço, que é nossa casa, nossa sede.

Hoje, o Espaço Cultural CITA possui uma gestão compartilhada, com os nove coletivos, com as pessoas de cada coletivo, e nos mantemos por meio de doações desses coletivos, que doam, às vezes, parte do seu cachê, que já é difícil. Divide uma parte para o Cita, para manter, pagar água, luz, internet e manutenção. E, também quando os coletivos pegam editais, coloca lá uma rubrica, manutenção do espaço sede. E de vez em quando, nós acessamos algum edital como espaço cultural, como é o caso deste ano, que está encerrando agora.

Nós estamos com dois editais - três, porque também pegamos o prêmio das ocupações – e com esses editais, nós realizamos algumas coisas, mas são sempre coisas muito pontuais e por poucos meses. Então, o espaço não possui uma sustentabilidade financeira para continuar e para pagar as pessoas que trabalham aqui: as pessoas que estão no atendimento,

as pessoas que estão nas técnicas e até mesmo a programação.

São muitas coisas para falar, não sei quanto tempo eu tenho ainda. Mas é muito importante um ponto que a Kátia trouxe, que foi o mapeamento das ocupações. O CITA faz parte do bloco de ocupações que hoje estão com mais de 30 ocupações mapeadas pelo mapeamento e credenciamento das ocupações, que começou lá naquele movimento em 2015. Graças a todo esse dossiê que teve esse começo, em 2019 teve um segundo e agora, ano passado, teve a primeira edição do prêmio das ocupações e a segunda edição.

A segunda edição tinha uma verba prevista. Eu vou falar o valor que eu me lembro, mas se eu estiver errada, me corrijam. Acho que o Vinícius lembra bastante disso. Estava previsto para 3,7 milhões, se eu não me engano, para as ocupações, e saiu um edital com três milhões e até hoje a gente não sabe desses 700 mil. Ou seja, esses 700 eram para ter contemplado ainda mais ocupações, ou contemplado melhor as que foram; porque é um prêmio que promove 30 mil reais para uma ocupação deste tamanho e outras até maiores. Então, é um prêmio que nos ajuda.

Nós já conseguimos fazer coisas aqui, ano passado, este ano, com essa verba importante para a gente, mas ainda é bem pouco. E nós queremos muito a ampliação desse prêmio e não só a ampliação, como a efetivação do decreto que está pausado, que é o decreto que formaliza o programa de gestão compartilhada dos espaços públicos, antes ociosos, em gestão comunitária. É uma demanda que nós, tanto como bloco de ocupações quanto como o CITA, queremos muito saber em que pé está isso. Nós sabemos que está parado, porque essa discussão e essa feitura são coletivas, comunitárias e participativas e nós não estamos participando dela porque ela está parada. Então, nós gostaríamos muito que isso fosse retomado e efetivado.

Soluções para a continuidade do Espaço CITA, nós temos encontrado muitas, mas são todas paliativas e temporárias. E nós não aguentamos mais ficar com coisas paliativas e temporárias. Nós queremos soluções definitivas. Assim como nós queremos uma cessão de espaço definitiva para nós, porque entra gestão, sai gestão, sofremos não só ameaças como

ordens de despejo, que nós tivemos em 2020. Ano retrasado nós tivemos uma ordem de despejo da cessão, e é um espaço que é casa de nove coletivos.

E não só. Porque se nós fizermos uma conta de todos os coletivos e artistas que passam neste espaço, durante o ano, que não são residentes e que não usam como casa – uma vez que, nós temos os quartos de cada coletivo –, mesmo os artistas que passam e utilizam, são muito mais. E nós tivemos a ordem de despejo e nós queremos essa cessão definitiva.

E nós não estamos sós, nós fazemos parte de um bloco de ocupações. Nós não queremos essa cessão definitiva só para a gente, nós queremos para todo o bloco. E essa gestão compartilhada e comunitária junto à Secretaria Municipal de Cultura é muito importante para nós, porque garante o quadro tanto de funcionários, porque a nós trabalhamos numa situação, que eu acredito, desumana com as pessoas que estão no atendimento, no dia a dia e aqui. É uma coisa que é precária mesmo, porque é o que a gente consegue colocar em rubrica de edital e sabemos que é pouco.

Assim como essa gestão compartilhada também vai garantir a continuidade deste espaço, nós devemos parar de sermos ameaçados. Nós temos as contas pagas e a programação, porque com essa gestão, nós também vamos poder receber programação direta.

Só para finalizar esse ponto tanto do CITA quanto do Bloco de Ocupações, neste ano, um dos projetos que foi realizado no CITA foi o projeto AcessArte, que nós pegamos um edital, nós pegamos um ProAC bem pequenininho, de 50 mil, que é o prêmio de pontos de Cultura. E nós fizemos um projeto para ampliar a acessibilidade aqui, no espaço cultural CITA, porque, apesar de ser um espaço muito plural, que a maior parte das pessoas aqui é negra, LGBT, enfim, uma pluralidade muito grande de pessoas que circulam pelo espaço, nós ainda sentimos muito a falta do público PCD.

No ano passado, que o CITA fez dez anos, nós sentamos, fizemos conversas e falamos o que nós precisamos daqui para frente, e uma das coisas que foi apontada foi: nós precisamos atender o público PCD. Foi a partir dessa demanda que nós conseguimos, pleiteamos esse edital, conseguimos o ProAC e com esse ProAC, nós fizemos, durante seis

meses, o projeto de acessibilidade. Então, tivemos formações para a equipe do CITA, formações em acessibilidade atitudinal e uma série de outras ferramentas, e nós também tivemos algumas poucas melhorias na acessibilidade física do espaço.

Só que, com esse edital, nós investimos. Nós convidamos um arquiteto e nós investimos para que esse arquiteto olhasse para o nosso espaço e falasse qual seria o ideal para tornar acessível, para que uma pessoa com uma deficiência física possa transitar pelo nosso espaço. E nós temos, hoje, esse projeto arquitetônico.

Só que com o ProAC nós só conseguimos realizar duas coisas desse projeto arquitetônico: só conseguimos refazer as calçadas que estavam bem complicadas, rachadas, e aí teve que fazer inclusive parte de hidráulica; fizemos rampa para as salas principais e o piso tátil. E conseguimos trazer para a maior parte da programação, enquanto estava o Projeto AcessArte, a contratação de intérpretes de Libras para as nossas programações. Mas nós queremos muito, muito mesmo, que o CITA, em um futuro próximo, seja 100% acessível para esse público PCD.

É importante também falar que nesse projeto nós também contratamos artistas PCDs, porque não só nós queremos que as pessoas estejam presentes como público, mas que elas também estejam aqui como artistas, trabalhadores, produtores, produtoras. Foi muito importante. O Luan esteve com a gente em uma das ações, foi bem importante. E aí essa pauta da acessibilidade para a gente é muito necessária.

Eu acho que é isso. Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, gente. Queria agradecer imensamente essa primeira parte. Agora iremos ouvir as inscrições, aí, eu ia pedir para ao Mário e para a Yoshimi me dizerem quantas pessoas têm inscritas, para saber o tempo que nós podemos disponibilizar. Cinco pessoas, incluindo eles? A Kátia e o Alan Shark pediram para se reinscreverem.

Eu só vou pedir um favor. Eu ia convidar agora o Poder Público para estar na Mesa conosco, agora, neste momento, para ouvir também as reivindicações que vêm do público.

Depois, nós fazemos as inscrições de novo.

Gente, muito obrigada a todes, todas, todos que participaram e estiveram presentes neste primeiro momento. (Palmas)

Eu vou convidar, para compor a Mesa conosco, os representantes da Secretaria Municipal de Cultura, o Eric Augusto; podem bater palmas também, gente. (Palmas). Estamos com a Camila Passos de Siqueira, da Coordenadoria das Casas de Cultura, Fernanda Reis e Isabele Pereira da Silva. Temos também a presença do Devair Paulo de Andrade, chefe de gabinete da Subprefeitura de Campo Limpo, e o Reginaldo Oliveira Santos, da Subprefeitura de M'Boi Mirim, Supervisor de Cultura. Há ainda o Vinicius Nascimento, Coordenador de Fomentos e a Jessica da Silva Sousa, da Coordenadoria de Gestão de Patrimônio. (Palmas)

Agradeço, mais uma vez, o comparecimento de todos os que estão presentes do Poder Público. Quando nós fazemos as audiências, mais importante do que virmos falar e ouvir as pessoas do território, é que elas querem se dirigir ao Poder Público, de forma direta. Agradeço, desde já a presença e a participação de cada um de vocês.

Vou chamando os nossos inscritos. Peço, de novo, que façamos as falas breves, para que possamos ouvir as respostas dos colegas que estão na Mesa. Se houver alguém que queira ainda se inscrever, que o faça agora, na fala do primeiro inscrito, para encerrarmos a Mesa no tempo que temos.

O primeiro inscrito é o Luan Luando. (Palmas). Terminando a fala do Luan, encerraremos as inscrições.

O SR. LUAN LUANDO GUARANI KAIOWÁ – Boa noite, gente, boa noite à Mesa. Elaine, grande companheira de longa data. Representadíssima a Mesa de pessoas presentes da nossa região e de outras também, pessoas de muitas lutas. Estamos, de novo, reunidos para falar a mesma coisa, na verdade. Já faz tempo que nós estamos falando e nos reunindo sobre isso.

A pandemia foi uma situação muito interessante de analisarmos, porque a precariedade do trabalhador da Cultura já vinha acontecendo, em especial o da periferia, já vinha

sendo sucateado, já vinha sendo pouco assistido, há anos. Com a pandemia, desandou de vez, a ponto de os trabalhadores da Cultura entrarem no índice de vulnerabilidade social.

Eu mesmo estou nessa situação, porque tinha um projeto e fiquei doente. Mas nós não temos uma política trabalhista para o trabalhador da Cultura. Não há política de convênio para quem fica doente, não temos cesta básica, nem VR, nem bolsa de pesquisa. Não temos nenhuma instrumentalização para exercer o trabalho da Cultura.

Falta também que os coletivos de cultura da periferia façam parte da agenda municipal de Cultura, cuja maioria são dos grupos de artistas da classe média e alta que acessam os grandes editais ou até mesmo a agenda, a programação geral da Secretaria.

A reivindicação é a mesma: dizer que nós precisamos de uma política de trabalho dirigida ao trabalhador da periferia; que precisamos que o Fundo Municipal de Cultura seja ampliado, repensar na política do edital. A política atual do edital é necessária, mas não é só a única política pública que deve ser exercida.

Por exemplo, a saúde tem seus processos de convênio, creio que a cultura também poderia ter seus convênios, em especial os espaços de ocupações. Os espaços autônomos de Cultura da periferia têm de ter suas políticas de convênio. Importante que sejam permanentes, porque o nosso trabalho é amplo, muito grande, não temos recursos e o trabalhador está muito sucateado.

Há um claro abandono dos Poderes Públicos, da gestão pública, tanto abandono dos artistas, como da própria gestão. Há pouca participação dos coletivos de periferia nos espaços, nos equipamentos públicos. A ideia é ocuparmos, fazermos com que a maioria dos espaços, da agenda desses espaços, seja da periferia; precisamos ser contratados, porque a nossa arte possui um peso maior do que as outras produções dos artistas de outras classes. O nosso fazer artístico está vinculado a outro tipo de política pública, que ajuda a vencer a luta contra a vulnerabilidade social, contra o genocídio, contra uma série de outras coisas.

Mais do que nunca, o que nós fazemos no território é mais necessário e mais urgente do que em outras regiões mais abastadas de dinheiro.

Eu queria, em especial, falar que não temos nenhuma política pública trabalhista. Falo assim, porque trabalho há 18 anos, pago aluguel, recebo ajuda de custo até hoje, quando há projeto, porque projeto é uma loteria. Por isso, falo que temos de pensar política pública para além dos editais.

Edital não é política pública, mas sim, um paliativo. Não falo contra os editais, ao contrário, eles são extremamente necessários. Mas são um paliativo. (Palmas) Política pública é programa, nós precisamos de um programa de cultura das periferias permanente, assistido, com verba, com parceria do Poder Público.

Porque quando começamos a acessar os primeiros editais, tinha na secretaria, uma estrutura administrativa melhor do que a que tem hoje. A administração anterior dialogava com o território. Os agentes responsáveis pelos projetos e pelas ações vinham aos locais onde os coletivos atuavam e, a partir de aí, traçavam um diálogo para a melhoria do que o artista estivesse fazendo.

Hoje, o artista que passa no edital é, praticamente, interrogado. Além de não receber, de não ter a verba necessária. Dentro da verba disponibilizada no edital, não existe nomenclatura para se pagar salário. Nós estamos falando de salário, vocês estão falando com uma pessoa que tem 18 anos de trabalho, mas que nunca recebeu um salário, nunca teve uma assistência de política empregatícia de salário.

Quando eu fiquei doente, se não fossem os amigos que ajudaram muito, eu poderia ter sido enterrado, porque nós mostramos que vários companheiros nossos faleceram. Grande parte desses falecimentos ocorreram por falta da assistência de uma política pública.

O que temos de cultura na cidade, principalmente, feita pelos coletivos de periferia, é feita por amor. Porque existe um abandono da política pública, da Secretaria de Cultura, da Secretaria de Governo, de acesso a recurso público nesse território. É isso. Muito obrigado.
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) - Muito obrigada, Luan.

Vamos encerrar as inscrições. Próxima inscrito, o Sr. Guinão Oliveira.

O SR. GUINÃO OLIVEIRA - Boa noite a todos. Meu nome é Guinão Oliveira. Sou produtor musical, produtor cultural, compositor, poeta do Sarau do Binho, cantor e fundador da banda Preto Soul. O que vamos falar é um pouco chover no molhado. A banda Preto Soul possui 17 anos de existência no Campo Limpo. Eu vi essa praça surgir, eu vi a Subprefeitura do Campo Limpo surgir. Brinquei de bola aqui, meu primeiro beijo foi aqui. Nós rimos, mas é sério.

O que vejo na Secretaria de Cultura – desculpa, a palavra é dura, mas é porque dói – nós nos sentimos um pouco desrespeitado. Eu nunca tive oportunidade, quando jovem, de ter um edital para participar. A nossa arte foi, - as pessoas com mais idade sabem -, criada na marra. Lutando contra preconceito, contra a falta de verba, contra a falta de oportunidades, contra descasos. E nós traçamos: quebrou a pedra, fez asfalto, andou em cima. Fundamos coletivos, nos juntamos, entramos em luta em vários lugares.

Infelizmente, domingo, agora, fomos tirados do palco. Fomos, literalmente, tirados do palco, em um evento numa Casa de Cultura, a qual vimos nascer. O primeiro festival que teve na casa de Cultura do Butantã, eu participei e venci o edital. A banda que estava conosco, que ia tocar após, eu vi nascer também. Eu não queria estar falando isso, agora, porque eu não gosto de romantizar nada. Mas eu acho assim: se a gente não tiver como, pelo menos, humanizar o que é humano, não vamos conseguir ir para lugar nenhum. É preciso ter um olhar diferenciado.

O Luan falou várias coisas que até doem. Eu estava quase chorando, lembrando das coisas. Dói ver a luta de todos. Foi muito árdua. Para chegarmos ao ponto de estarmos presentes pedindo por uma coisa que não é simbólica: é uma coisa que nós já estamos falando há muito tempo. Estamos cansados de falar essas coisas. Assim, precisava só ter um olhar.

Gostaria de saber quando vamos poder, por exemplo, participar da eleição da Gestora da Casa de Cultura do nosso território? Gostaria de saber quando vamos poder opinar? Chegaram e tiraram a Gestora da Casa de Cultura e não perguntaram nada para ninguém. Quando é que vamos poder falar: Não, não! Estamos gostando da Gestora. Queremos que a Gestora fica. Quando vamos poder falar isso?

Eu descii do palco aos gritos pelo organizador do evento do Patrimônio Cultural. Descii

aos gritos. Me encolhi. Não fui debater, não fui brigar, não fui reclamar. Não fui falar sobre quem eu era, não fui falar da minha história. Nada! Me recolhi. Porque a pessoa foi, simplesmente, desumana. São 17 anos de trabalho. Não estamos pedindo nada para ninguém. A gente se inscreveu no edital do ProArt e, até hoje, nós não conseguimos um comunicado sequer com a Secretaria de Cultura, com quatro CEUs querendo *show* da banda Preto Soul. Nós não conseguimos fazer contato com ninguém. Ninguém consegue assessorar e dizer o que temos de fazer para sermos contratados. Nós vivemos disso. Nós precisamos disso. Temos público. Construimos essa história.

Então, o que precisamos fazer é olhar com dignidade para esses lugares e ver as pessoas. Olhar para as pessoas. Reconhecer a luta das pessoas. Fazer com que as pessoas tenham, pelo menos, a segurança de poder existir dentro do seu território, da representatividade. Hoje, os meninos que começaram a aprender com a gente, nos vendo tocar, estão fazendo música, já são produtores. Quer dizer, a história vai sendo apagada, constantemente. Para quê há um evento de patrimônio cultural, onde você vai tirar do palco uma banda que tem 17 anos de história no território? Até hoje, não consigo entender. Desculpa o desabafo. Acho que não tem nada a ver, mas eu precisava falar. Isso está me machucando, desde domingo.

Gostaria de saber, também, quando vamos poder – como o Luan falou - fazer uma conversa séria. Porque as conversas sérias são recheadas de dados, são recheadas de cerimônias, cheias de muitas coisas, mas o humano some. Acabou aqui, o que vai acontecer depois?

Hoje, eu agradeço por vocês estarem presentes. Há muito tempo, a gente não possui ninguém para olhar em nossos olhos e falar: olha, nós estamos e nós continuamos aqui, como foi dito por todos. Até agora, parece que eu não me sinto aqui. Como disse o Luan, temos dificuldade em escrever o edital. Não temos essa formação na nossa vida, não temos condições de ter uma produtora, porque as produtoras têm que procurar bandas grandes para poder tocar, porque o cachê que é pago para uma banda de periferia, é um cachê que mal dá para cumprirmos o horário, para chegar na hora. Não pode contratar um técnico, não pode contratar um *roadie*.

Tem de carregar caixas nas costas. Tem de chegar na Casa de Cultura e montar o equipamento. Não há funcionário para montar o equipamento, nos ajudar a montar. Aí, você fica duas horas montando o equipamento e vai tocar cansado. As palavras são “falta de respeito”. Desculpe-me. É assim que me sinto.

Gostaria de deixar minha reivindicação. Gostaria de que esse território maravilhoso, com essas pessoas maravilhosas que vocês viram, façam acontecer e continuam fazendo. E, para todos os efeitos, vai sair essa gestão, vai entrar outra e nós vamos continuar presentes. Ou vocês fazem como a gente, se abraçam e vamos todo mundo juntos ou vocês, também, serão esquecidos. O próximo que tiver, espero que nós construamos uma proximidade maior. Porque essa proximidade que nós estamos, agora, ela está mais ou menos daqui até o Taj Mahal.

Muito obrigado! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Guinão.

Com a palavra Sra. Kátia Alves.

A SRA. KÁTIA ALVES - Seguindo a linha que o Guinão fez: por vários momentos, nos sentimos desrespeitados no nosso trabalho. Uma falta de respeito no sentido de você não ter uma resposta. Nós finalizamos e, aí, não é só a Brava, são vários grupos. Projeto de fomento a gente faz, recebe duas parcelas, e, para concluir o projeto, precisamos concluir, finalizar e só depois receber. Então, temos relatos de grupos que levaram três meses para receber. Mandamos o relatório, não há nenhuma resposta da análise do nosso relatório. Eu acho desrespeito, justamente, porque saímos de um momento - nem saímos ainda - de pandemia, onde estava muito difícil, muito complicado, e por vários momentos não teve uma flexibilização no diálogo, no desenvolvimento do plano de trabalho. Enfim, várias questões. E, aí, esse desrespeito é, justamente, por essa falta de diálogo; de os grupos também entenderem o que está acontecendo, o porquê de não possuímos uma resposta. Nós estamos, há dois meses quase, sem uma resposta e sem receber o trabalho que fizemos, há quatro meses. E, aí, com pessoas, praticamente, de fato, passando necessidade e aperto; de termos que ficar ali ajudando um ao outro com essa escassez que já foi mencionada. Falta de respeito, desumanidade; é um

pouco estar alheio às necessidades dos grupos. Então, gostaríamos de ouvir por que está demorando tanto, já que é um dinheiro empenhado, a verba está lá; por que ela não está sendo repassada para os grupos? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Kátia. Próximo inscrito, Alan Shark, do Coletivo Fora de Frequência da Casa Cultural Mocambo.

O SR. ALAN BENELLI (Alan Shark) – Gente, eu peço licença para falar de novo, rapidinho, porque eu corri com a minha fala e eu não falei do *Hip-Hop*. Nós trabalhamos com *Hip-Hop*. O Centro Cultural Mocambo trabalha mais com a linguagem do *Hip-Hop*.

O *Hip-Hop*, historicamente, tem um papel crucial no desenvolvimento dos jovens nas comunidades: tanto na formação educacional como na formação artística, de abrir leque, de acessar a cidade e tudo mais; ele é fundamental. Porém, na hora de acessar recurso público, ele não é valorizado quando deveria. Por exemplo, a gente viveu uma situação, a gente já viveu várias outras. Por exemplo, no Estado, o ProAC - lógico, eu sei que estamos no Município, mas vou usar de exemplo -, para a música, 500 mil reais. Para a cultura *Hip-Hop*, que é música, que é artes visuais, que é dança, 100 mil reais. Isso também acontece, de certa maneira, no Município.

Agora, trazendo especificamente uma situação que nós vivemos com a Lei Aldir Blanc, quando o recurso veio para o Município: nós somos um centro cultural, nós nos inscrevemos para poder pegar recurso da Lei Aldir Blanc – 100 mil reais. A gente estava concorrendo e solicitando lá. Eles pediam quanto era de aluguel, quanto era de água, quanto era de luz, quanto era minimamente para o RH para manter o espaço. Sabem quanto eles mandaram para nós, porque era *Hip-Hop*? Oito mil reais. Por que? Só porque era um espaço que trabalha com a linguagem do *Hip-Hop*?

O *Hip-Hop*, no ano que vem, faz 50 anos no mundo, ele é uma potência. Hoje em dia, ele não é só mais *break*, grafite, MC e DJ. Ele é moda, ele é arte visual, ele é audiovisual, ele é um par de coisas. O *Hip-Hop* é gigante, mano. Então, ele precisa ser valorizado como um segmento da música, como, por exemplo, o teatro é valorizado, está ligado? Então, ele merece

mais atenção, merece um olhar mais cuidadoso, porque ele tem um papel fundamental socialmente, culturalmente e artisticamente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Alan. Agora, Jota Vianna.

O SR. JOTA VIANNA – *Agô*, com licença. Salve, meus mais velhos, minhas mais velhas. Elaine, é uma alegria enorme ver você sentada no meio dessa Mesa, nos representando e nos ajudando a entender como sobreviver nesse cenário. Muito obrigado pelo seu trabalho, pela sua dedicação. Vinicius, que atendeu várias ligações minhas durante a pandemia: muito obrigado, Vinicius, por falar comigo, por olhar em meus olhos; Fefa, e todos os que estão na Mesa. Agora, à Secretaria de Cultura, não agradeço, porque ainda estou me acostumando a não ter que guerrear contra o Poder Público.

Como já foi falado, nós fomos e somos constantemente ameaçados; e, se não fossem pessoas como vocês, nós teríamos abandonado esse espaço por uma técnica que veio aqui, viu uma massa que pusemos para cobrir um ninho de abelhas, que tiramos e falou que aquilo era infestação de cupim, e que estava ameaçando cair na cabeça de todo mundo.

Nós estamos presentes, em um território que a gente aprendeu, com Dona Raquel Trindade, que era um território quilombola. Havia um quilombo nesse lugar, que foi completamente apagado, exterminado. Existe uma família no fundo desse quarteirão, passem lá para ver. Existe uma família no fundo desse quarteirão e eles é quem são os donos desse lugar. E, para sobreviver, eles foram cedendo o território para o terminal, para a igreja, para todas as construções que estão ao redor. E esse lugar, onde nós estamos, foi doado pelos remanescentes dessa fazenda - quem será que eram esses remanescentes dessa fazenda? – para que o Poder Público atendesse crianças, jovens e idosos.

Então, nós estamos aqui, fazendo o que o Poder Público deveria estar fazendo, e temos que, constantemente, brigar para sobreviver. Dentro do Espaço Cultural CITA há um baobá, que é uma planta ancestral, que veio da África para cá. Foi trazida pelo Mestre TC, da Casa de Cultura Tainã, referência da política pública do nosso país, e nós estamos lutando para

guardar esse território.

Sou também artista, não me apresentei. Sou Jota, Coordenador do Maracatu Ouro do Congo, 12 anos atuando, faz 20 anos que eu trabalho com Cultura também. Sou artista orientador do Programa Vocacional da Prefeitura de São Paulo, atuo no CEU Vila do Sol, no extremo Sul. Toda vez que eu chego lá, vou lá para ver se alguém se inscreveu, porque é o único CEU da cidade que não possui inscritos. Será que não há gente, lá, que está precisando de Cultura?

Eu aprendi no Programa Vocacional que existe uma mulher, chamada Marimba Ani, que fala que a Cultura é o nosso sistema imunológico. Então, os trabalhadores da Cultura estão só fazendo com que o nosso sistema imunológico esteja vivo; e nós temos que lutar contra o próprio sistema, para continuar mantendo esse próprio sistema vivo. É uma coisa meio louca, né.

É tanta coisa para falarmos. Fiquei ouvindo o Guinão, o Luan. Fui lá falar: “Luan, você vai falar, né? Porque se você não for, eu vou”. E nós ficamos nervosos, porque dá vontade de chorar, dá vontade de rir, dá vontade de sair correndo. Mas que nós possamos ter mais encontros como esses.

Também, o nosso coletivo foi contemplado pela Lei Aldir Blanc: a gente ganhou 100 mil reais depois de 12 anos. Aí, quando estava lá, a gente: “Nossa, que louco, vamos construir a parede, mano, que o Poder Público veio falar para nós que tinha que ser construída, porque senão nós íamos ter que ir embora. Vamos pintar e vamos pagar a galera para nos ajudar a manter a sala em pé”. Aí, no meio do projeto, ficamos sabendo que não eram mais 100 mil, eram 70 mil, porque íamos ter que pagar 30 mil reais de imposto. Por sorte, atrasou tanto para depositar o dinheiro, que só começamos a executar o projeto em 2021. Então, ainda tínhamos dinheiro. Mas eu estou num grupo com mais de 200 lideranças de coletivos da cidade inteira, que não conseguem votar, porque o seu CPF está barrado, porque ele foi cobrado de um imposto que ele não sabia que seria cobrado. Então, é calamitosa a situação que gente vive nesta cidade; é surreal, é inacreditável. Todos já sabem disso.

Para fechar, eu queria fazer um convite a vocês. Nos 3 e 4 de setembro, iremos vai realizar aqui, dentro o IV Xaxará Congo em Festa, em homenagem ao nosso pai Obaluaiê, patrono do nosso grupo, reunindo, espero eu, mais de 500 pessoas. Ao último, vieram 400, com 12 pessoas de Recife, que estão vindo. Estamos lutando com a Secretaria de Cultura, para tentar acessar um recurso para pagar essas pessoas. Elas aceitaram vir de graça, porque elas acreditam.

Eu mandei um *e-mail* para uma técnica da Secretaria de Cultura há um mês, avisando-a de que essa emenda ia chegar lá, para recebermos o dinheiro da contratação artística, e ela falou: “O.k. Aguarde no local”. Ontem, recebemos um *e-mail*, falando: “Então, vocês devem entregar todos estes documentos”. Por que é que ela não me mandou esse *e-mail* há um mês, quando eu falei: “Oi, tudo bom? Sou o Jota. Estamos aqui”. Estamos há três meses em diálogo com aquele rapaz, ali, meu irmão de luta, o Alex, para tentar chegar junto e realizar o bagulho.

Então, é isso. Vamos continuar lutando. Vamos continuar trabalhando para realizar aquilo em que acreditamos. Sejam bem-vindos ao Espaço Cultural CITA. Por favor, vão até ali. Quem nunca viu um baobá, vá até ali, conferir qual é o baobá. Nossa sala é lá no fundo, também. Estamos construindo uma praça da ancestralidade, uma praça afro-indígena, que não possui parede, que tem árvore e é em círculo, para ver se conseguimos olhar-nos aos olhos e melhorar um pouquinho o que está pegando.

Axé. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Sr. Jota.

Tem a palavra o Co-deputado da Bancada Ativista, Fernando Ferrari, por favor. Em seguida, a última inscrita é a Sra. Meire.

O SR. FERNANDO FERRARI – Gente, boa noite a todas, a todos e a todes.

É legal essa Mesa. A Subcomissão de Cultura da Câmara Municipal estar no território é incrível. É uma luta que refletiu, lá atrás, como movimento cultural das periferias, naquela ocupação incessante de 2015, de estarmos todos os dias na Câmara Municipal, pautando o

orçamento, a lei, a descentralização de riqueza. Hoje, há a Subcomissão, em que a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico tem feito um trabalho incrível.

Começarei falando sobre o orçamento da cidade, porque, também, sempre nos esquecemos do maior. Vamos falar do maior. O Estado de São Paulo, hoje, possui o maior orçamento da história e a cidade de São Paulo, também. O orçamento da cidade de São Paulo, deste ano, é de 82,7 bilhões e, deles, a cidade de São Paulo tem 27 bilhões em caixa. Depois, a Vereadora pode nos informar, mas os 27 bilhões estão parados. É isso? Está congelado esse dinheiro?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FERNANDO FERRARI – Da Prefeitura... Do Ricardo Nunes... Então, o Sr. Ricardo Nunes tem de descongelar esse dinheiro, 27 bilhões.

Eu darei um informe, também, para além do orçamento do Município, sobre o orçamento que está vindo, agora, da Lei Paulo Gustavo, que é federal: o Estado de São Paulo vai receber 727 milhões, neste ano. As discussões vão começar em setembro. A Secretaria Estadual de Cultura vai receber 355 milhões e a Secretaria Municipal de Cultura vai receber 87 milhões de reais. Então, acho que é importante os coletivos se ligarem, porque esse dinheiro vai ter que ser disputado.

Eu estou como Co-deputado, hoje, mas também já estive nessa luta histórica dos movimentos de cultura do território, enfim, e conquistamos muitas lutas importantes para a cidade de São Paulo. Conseguimos descentralizar, minimamente, muita grana. Enfim, conseguimos descentralizar o orçamento Público do Município para os territórios periféricos. Quando fomos criar a Lei de Fomento à Periferia, éramos contra, porque achávamos que era isto: o cobertor era pequeno para atender a toda a demanda das periferias. Entretanto, usamos a Lei de Fomento à Periferia justamente para isto: para nos articularmos, para nos olharmos nos olhos e vermos o que pegava, não só na música, não só na literatura, mas também com trabalhadores da cultura.

Eu estive, ontem, no Jardim Independência, na pauta do Fórum em Defesa da Vida, que eu componho e que talvez seja o fórum mais atuante do Brasil, hoje. Traz uma expertise

muito interessante, da qual daqui a pouco falarei. Mas eu estive, ontem, no Jardim Independência, no fundão, e foi uma pauta sobre segurança pública, que é o roubo de moto, com os moradores, lá e tal. Convidamos o 37º Batalhão, para estar na conversa com a comunidade, com a Base Comunitária do Riviera, que também teve Tenente Ellen e o Capitão Cleber.

Eu falei a todo momento para os policiais que a juventude do nosso território não é o problema. O problema é a falta de Estado. É a falta de democracia, que não chega para essa juventude. Então, falei da Lei de Fomento à Periferia para ele. Falei: “Olha, construímos, minimamente, políticas públicas para atender essa juventude”. Se a juventude está em um sarau ou produzindo cultura, ela não vai roubar um pedestre. Ela não vai assaltar um trabalhador no ponto de ônibus. O que falta é a descentralização de orçamento.

Então, eu, como Estado, estou pensando em como pautar o Município, de como acionar a OAB – por exemplo, o Núcleo de Direitos Humanos e Cultura da OAB – para movermos uma ação civil pública contra o Município, porque, se há 27 bilhões de reais no cofre e esse dinheiro não é distribuído para a Secretaria Municipal de Cultura, por exemplo, para abraçar as demandas das coletividades, tem de se mover uma ação civil pública. Eu vou explicar como funciona isso: no Fórum em Defesa da Vida temos essa *expertise* do *advocacy*. Então, foi construído o Hospital de M’Boi Mirim. Foram construídos 30 serviços no território do Jardim Ângela, como Casa Sofia, creches e UBSs, enfim. Então, fica uma provocação, inclusive, para o fórum da zona Sul e Sudeste, que já tem um ano. Se o fórum possui, no mínimo, um ano, ele já pode mover uma ação civil pública contra o estado. Fica uma provocação para movermos uma ação civil pública contra o Município, contra o Prefeito Ricardo Nunes, pelo orçamento congelado. Então, fica uma dica.

É isso, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Sr. Fernando.

A última inscrita é a Sra. Meire.

A SRA. MEIRE – Boa noite a todos. Meu nome é Meire. Agradeço a oportunidade de estar presente, ouvindo essas falas muito importantes, de podermos entender que a arte em si

é educação e, portanto, um direito. Eu vou me colocar como mediação, mesmo, entre os artistas, principalmente os da periferia, e os editais públicos. Está bem?

Agradeço imensamente a todas essas pessoas que fizeram essa luta importantíssima para que hoje tenhamos uma lei de fomento à arte e à cultura da periferia. No entanto, temos que nos lembrar de que existem as palavras e as coisas – e nem sempre elas estão em diálogo.

Vou pegar o exemplo dos editais, que foi colocado. Eu vou trazer isso, para realmente começarmos a pensar em estratégias. Com relação ao edital do fomento, por exemplo, a lei é uma conquista das pessoas fazedoras de arte. Certo, gente? Quem é responsável por responder e colocar essa lei em prática? O órgão público. Eu me coloco no processo de mediação, porque, dentro dessa lei e desses editais, a forma como essa lei está sendo colocada em prática para acessar os artistas não está funcionando, sinceramente.

Assim, a própria lei coloca quem como prioridade? O Bolsão 3, não é mesmo? Agora, como é que eu vou chegar aos artistas do Bolsão 3 e falar que eles têm de fazer anexo em PDF de 6MB e fazer um orçamento dividido em duas etapas? Muitas pessoas conseguem? Ótimo. Com mediações, há pessoas que tiveram uma oportunidade de ir a um estudo acadêmico e fazer uma leitura acadêmica desse edital, para respondê-lo de forma acadêmica, porque é isso o que acontece. A minha sugestão, como mediadora, de quem lê esse edital, consegue responder e dialoga com quem não consegue, é assim: essa lei, para ser levada a cabo, para a conquista dos fazedores de arte, tem que ser revista, urgentemente, porque além desse dinheiro estar congelado, como Fernando nos traz essa informação, esse dinheiro não está chegando na ponta. Para fazer com que esses projetos incríveis, dessas artes potentes que acontecem dentro da periferia, sejam contemplados para realizar suas ações, como bem disse o Luan, de forma paliativa, não está acontecendo. Esses bolsões, esses artistas não estão acessando. A minha colocação, o meu pedido mesmo, - vou estar pedindo, como a Suzi falou – revejam, por favor, a forma como vocês estão lidando com execução dessa lei, para que ela chegue de fato no bolsão 3.

Outra coisa que eu gostaria de trazer, a partir da fala do Alan, sobre a questão da cultura *hip-hop*. A cultura *hip-hop*, quem é da periferia e vive essa cultura, sabe que ela salva vidas, sim. A arte salva. Essas pessoas que ficam ociosas por não ter onde colocar suas energias e suas próprias expertises, dentro do *hip-hop*, encontram muitas fontes, sim, de se fortalecer. É muito importante tomar muita atenção a isso. E trago uma questão: vocês sabem que existe uma lei de fomento a cultura *hip-hop*? Vocês sabem? Vou falar. Essa lei, ela está assim – a meu ver, como foi colocado, usando a palavra do colega – desumana, e, de certa forma, desrespeitosa com todos esses artistas. Acho que, nesse último evento que nós tivemos, isso ficou muito claro pelos próprios descasos: aparelhos que foram montados pelos artistas, aparelhos que não tinham a mínima estrutura para poder recebê-los. Então, assim, se estamos falando de arte, de direito, de educação, vamos levar essas leis a cabo. Vamos fazer com que elas aconteçam de verdade.

Uma coisa, que eu estou sabendo, que a própria semana, um mês, agora virou ano, do *hip-hop*, que possui uma cadeira específica dentro da Secretaria para ser cuidada, estão querendo terceirizar esse trabalho. Imagina se a execução dessa lei, de fato, for terceirizada? O que vai acontecer conosco? Se este é um espaço para que a gente discuta, vamos realmente olhar para essa lei e fazer com que ela vá a cabo, de verdade. Porque a potência da arte, dentro da periferia, é incrível e todo mundo sabe. E hoje, sabemos que a própria cultura *hip-hop* já faz parte da história da arte do Brasil.

Então eu peço, por favor, olhem com muito cuidado para toda essa produção, para o respeito a esses artistas e, principalmente, que essa lei seja levada a cabo, de verdade e chegue, de fato, nos bolsões.

Muito obrigada! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Meire. Obrigada a todas as pessoas que se inscreveram.

Vou passar a palavra aos componentes da Mesa, os representantes do Poder Público que queiram responder. (Pausa). Com a palavra o Sr. Eric Augusto.

O SR. ERIC AUGUSTO - Boa noite a todos.

Acho que o instrumento da audiência pública é importante para a gente dialogar, conversar. Isso faz a democracia ser mais potente nesses momentos em que estamos hoje.

São tantos assuntos que precisamos conversar, então, serei um pouco objetivo, para não estendermos tanto tempo de vocês, nem o nosso também.

Em relação à questão da burocracia, realmente, nós entendemos. É um problema também para nós, porque queremos realizar as contratações artísticas e, realmente, há entraves burocráticos e legais.

Ah, meu nome é Eric Augusto, sou Assessor da Secretaria da Cultura, trabalho no gabinete da Secretaria. Então, tenho uma visão mais macro da Secretaria, como um todo, e não nas especificações, como meus colegas presentes. Mas realmente é uma questão muito forte, tanto na Secretária de Cultura Aline Torres, como em todas as áreas, essa burocracia que temos. É uma burocracia levada para uma lei federal, que é a questão das contratações artísticas. Realmente é uma preocupação. Foi uma preocupação da Secretária Aline Torres. Assim que nós chegamos à Secretaria, vimos esses entraves. Entraves de acessos aos artistas, principalmente, aos artistas periféricos. Isso realmente é um grande problema e, por ser um grande problema, nós acionamos a nossa assessoria jurídica, acionou os coordenadores de todas as áreas, das casas de cultura, dos centros culturais, dos museus, bibliotecas para que pudéssemos resolver, no curto período de tempo, essa questão. Obviamente, temos os entraves, como acabei de falar, de uma lei federal em relação à contratação artística, e, ao mesmo tempo, temos entrave, – não entrave, mas uma lei específica –, que cobra uma lei municipal, Lei de Corrupção de 2020, que se pede as tais três notas que nós possuímos.

E, nesse sentido, fizemos um estudo, através da Procuradoria do Município, que, realmente, faz a contratação artística de artistas não consagrados, obviamente, aqueles que não têm nota, que é a Portaria 32. Isso foi um grande avanço. Nós conseguimos, realmente, alcançar artistas periféricos da cidade. Essa Portaria começou em abril. Isso realmente foi um grande avanço. Porque, até esse período, nós temos uma determinação do TCM, que é a tal do contrato

de exclusividade do ente representativo. Isso, também, vimos que atrapalha as contratações artísticas. Obviamente, essa questão da Portaria ajudou muito, muito mesmo, assim, a contratação de artistas periféricos nesse período. Foi um grande avanço em relação a tudo isso que acontece. Acho que essa pauta, ela não é só da sociedade civil, mas também do Poder Público. Nós, realmente, sentimos esses entraves burocráticos acontecerem. Temos que discutir essa questão, Secretaria de Cultura, assim como artistas, sociedade e levar para o debate a nível federal, porque é uma questão de nível federal. Realmente é um entrave muito grande. Como nós iremos contratar esse serviço? Como balizar esse tipo de serviço? Porque, querendo ou não, é um serviço. Então, realmente precisamos ter essa questão, e essa Portaria foi um grande avanço. Todos e todas podem entrar em contato: entrar em *e-mails* de gestão das Casa de Cultura, dos Centros Culturais. Podem perguntar, também.

Outra coisa, que nós também vamos fazer, em relação aos editais: a Secretária tem uma demanda muito grande. Só entrar na agenda, podem ver. A Secretária recebe todos, – lógico, possui um período grande de agenda –, mas ela costuma receber todos, todos os grupos, de todos os espaços. Uma coisa que também reparamos, nessa devolutiva da sociedade a respeito dos editais: o acesso aos editais. Isso, nós começaremos a fazer em centros de formações nas Casas de Cultura, para facilitar a forma de como entrar em editais, como se inscrever, qual o objeto, como fazer. Porque, realmente, nós sabemos da dificuldade que é e a burocracia do Poder Público como ela é. Lamentavelmente, é assim que funciona e, por isso, nós vamos criar espaços nas Casas, nos ambientes de periferia para promoção e facilitação desses editais, para galera aprender e como estruturar esse tipo de projeto.

Outra coisa: é legal, também, informar que, para o ano que vem, - alguém comentou sobre o *funk* -, a Secretária destinou numa dotação específica. A gente já possui a coordenadoria do *hip-hop* e nós vamos fazer uma coordenadoria do *funk*. É um grande avanço entender que a cidade de São Paulo também representa esse movimento popular tão importante dos nossos jovens, além de criar esse núcleo do *funk* dentro da Secretaria de Cultura e essa articulação com esse movimento importante, no ano que vem. Nós teremos uma dotação específica para

resolver, nos ajudar e auxiliar com essa questão.

Outra coisa é a respeito das ocupações culturais. Essa é uma questão que, realmente, nós chegamos à Secretaria e estava muito, meio solto. É uma preocupação muito grande para resolvermos, porque ambos são fazedores de cultura, também, na cidade. Isso nós reconhecemos. Só que temos que entender quais serão os limites administrativos e entraves para discutirmos. O diálogo está aberto. Nós precisamos resolver e entender que é necessário resolvê-las o quanto antes. São questões administrativas, até porque há espaços que não são somente da Secretaria Municipal de Cultura – são espaços de outras Secretarias. Então, realmente, há entraves burocráticos que a precisamos resolver, sentar e conversar. Nós estamos abertos. Vamos ampliar o diálogo e tentar entender de uma forma legal e coletiva. Acho que é essa a questão. O Poder Público tem seus entraves que, realmente, precisamos entender, compreender e, também, temos que alcançar o avanço da sociedade e as devolutivas que delas são. Realmente é uma questão, quando a gente, na Secretaria - daqui cinco dias, faz um ano -, tinha essa questão da ocupação, só que nada, muito bem claro, como você mesmo disse assim...

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Então, quando nós chegamos lá. Vou explicar: eu cheguei lá, não tinha nada instrumentalizado para gente. Está bom? É isso que eu sei. Tem Decreto que passou na J, na Assessoria Jurídica. Há coisas, que, realmente, nós precisamos sentar e conversar. Vamos estar abertos. Nós queremos resolver. Como? Vamos discutir. Porque não há nada instrumentalizado. Estou dizendo lá do Gabinete. Entendeu?

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Eu não posso falar pelo Secretário anterior. O que eu posso falar é o que é atualmente. É isso...

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Eu coloco para você. Nós marcamos uma reunião. Nós estamos abertos. Vamos marcar uma reunião. Pode ser daqui a 20 dias?

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Nós não temos por que ficar escondendo coisas, que realmente não tinha nada instrumentalizado...

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Sim, vai estar presente...

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Terça-feira, dia 13. Horário melhor para vocês?

- Apartes fora do microfone.

O SR. ERIC AUGUSTO – Realmente, não há nada instrumentalizado em processos. Vamos abrir. Até então, não há nada. Acho importante discutirmos essas questões, vermos os entraves burocráticos, jurídicos e encaminhar. Acho que é essa a questão. Hoje, mesmo, conversei com a Secretária sobre esse assunto e ela nos deu, de devolutiva, resolver, tentar resolver essas questões, esses entraves. Então, sem preocupação. Está bom?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Só gostaria de pedir, a vocês da Secretaria e também para o bloco de ocupações, que eu gostaria de acompanhar, enquanto parlamentar, a reunião, um pedido para o bloco para Secretaria. (Palmas)

Com a palavra a Sra. Camila Passos de Siqueira.

A SRA CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA – Boa noite. Queria me apresentar. Sou Camila, trabalho no núcleo do Núcleo das Casas de Cultura. Estou um pouco rouca, então, peço desculpas para vocês. Estou participando dessa primeira audiência que aconteceu em Cidade Tiradentes, depois aconteceu em Perus e, agora, aqui. Esse formato de audiência para nós, realmente, é muito bom. É uma aproximação dos territórios, que, para as Casas de Cultura, especialmente, que estão espalhadas nos territórios, faz muito sentido.

Eu queria pegar uma fala da Suzi, do começo. Ela pontuou a questão das notas. A Portaria, que o Eric iniciou a explicação para vocês, me causou certa angústia, porque na audiência passada, em Perus, também, pontuaram essa questão das notas e como essa Portaria, também, veio para sanar um pouco dessa questão, limitando, tirando valores

específicos de cachês, parece que isso não está chegando em todo mundo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA - Posso complementar, Suzi? A pesquisa para chegar aos valores da Portaria foi feita pela equipe técnica da Secretaria, levando em conta editais similares. Porque para tirarmos um valor - para vocês entenderem - nós não podemos simplesmente, chegar lá e colocar, em uma Portaria, um valor sem uma referência, sem uma pesquisa. Ele precisa ter um embasamento. Embora nós achamos que esse valor, e a Portaria permite que ele seja revisto todo ano, a Portaria não está fechada em si. Há linguagens que não estão lá, ainda. Nós temos plena ciência disso, justamente, pelas dificuldades de encontrar editais que balizem os valores. No entanto, a minha angustia é porque a Portaria está aí, está acontecendo: para as Casas de Cultura, já representam quase 70% das contratações – mas não está chegando. Não está, porque os artistas continuam preocupados com a questão das notas e tudo mais. Então, pensando nisso, na última audiência, a Aurora – Aurora, coordenadora das casas, acho que boa parte a conhece - já tinha se comprometido e iniciamos uma formação nos territórios. Em cada Casa de Cultura, nós tivemos a primeira agenda em São Rafael. Temos uma agenda aqui, no Campo limpo, que vai ser divulgado nas redes sociais, para o dia 16 de setembro. M'Boi Mirim, também. Que o objetivo é, justamente, que as coordenações dos equipamentos articulem produtores, artistas que estão começando para entender, definitivamente, o passo a passo da contratação artística e demais. Há coisas que nós não conseguimos mudar: que é a Legislação Federal; e acho que vocês devem entender isso. Há determinação que é do TCM e da Procuradoria Geral, e nós não temos gerência. Mas se os artistas não entenderem como nós contratamos, amanhã pede um documento, hoje pede outro, depois, pede mais 500. Acho que não estamos conseguindo chegar nos artistas. Isso tem feito a contratação cair nas casas. Isso é problema para gente, inclusive, antes da minha chegada à Secretaria – quem está presente sabe. As Casas de Cultura já tiveram 5 mil reais de orçamento. Hoje, é um pouco olhar um copo meio cheio e meio vazio. Hoje, nós estamos um pouco melhor de orçamento, muito longe do que a gente gostaria, mas nós temos perdido contratações, pois

os artistas não conseguem entender o corre da burocracia, mandar documento em tempo – alguém falou –, pedem em cima da hora. Então, nosso objetivo com essas formações, que vão sair das nossas páginas, já estão e é para acontecer em todas as Casas, no dia 16, no Campo Limpo, é, justamente, para isso. Quem vai nessas formações, somos nós, equipe técnica do núcleo, para explicar.

Então, é importante que estejam produtores, coletivo, artistas, porque é isso. Se nós chegamos à audiência e vê que as pessoas não estão entendendo, estão ainda falando das notas, é porque a Portaria não está chegando e ela tem que chegar, porque ela está salvando muito. Ainda longe da realidade? Concordo com a Suzi. Ainda não é o ideal. Ainda temos que avançar, temos que encontrar editais que nos ajudem a ter um cachê melhor do que está na Portaria, mas é um caminho. Sem isso, teríamos que exigir notas e isso cortaria nossa programação em mais da metade. Quem é artista sabe que, no começo do ano, foi muito difícil contratar.

Queria dizer que eu sinto muito, lamento muito pela fala do Guinão, pelo que aconteceu na Casa de Cultura. Acho que nós podemos apurar, não é assim que alguém sai do palco, não é assim que acontece no evento, então, eu lamento muito, peço desculpas, nem sei se ele está aqui, ainda. Peço desculpas pelo ocorrido. Entendi que não foi algo da equipe das Casas, enfim, mas, de qualquer maneira, peço desculpas, não é para acontecer assim, a gente precisa tratar, sim, os artistas com respeito. Esse é um compromisso meu, sou servidora pública de carreira e acho que nós precisamos ouvir, trabalhar e, portanto, lamento de verdade, está bem? Esperamos entender e sanar isso, para não acontecer nas próximas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA – Eu, bom...você quer falar, Eric? Ele perguntou da privatização das casas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA – Sim, sim.

A SRA. SUZI SOARES – Quando eu falo sobre as notas, não me refiro só às casas

de cultura ou bibliotecas. Para acessarmos o valor que veio para as feiras literárias, no caso da Feliz – eram 100 mil reais que nós teríamos direito – eu tive que fazer um CAPAC, com 80 pessoas dentro dessa Portaria, para poder acessar esse recurso, porque eu não tenho três notas de 100 mil reais para comprovar esse valor. Então, você veja o absurdo dessa coisa. Eu sei da Portaria, mas ali alguém me perguntou: que Portaria é essa? Talvez seja bom vocês falarem por cima, eu sei como é a Portaria, mas imagina você fazer um CAPAC, com 80 pessoas, para poder justificar um cachê de 100 mil reais? Sabe, é insano fazer um negócio desses. Então, eu entendo que foi um avanço, mas ainda é muito pouco. E, aí, quando nós chegamos a esses valores maiores, fica inviável você fazer um negócio desses. Então, você corre o risco de perder uma verba, porque você não consegue fazer. Então, só para complementar a sua fala.

A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA – Concordo. Acho... a gente, inclusive, nós, como Eric falou, não é só uma angústia de vocês. É nossa, lá na Secretaria, porque não é uma determinação da Secretaria, grande parte da documentação solicitada para contratação artística tem Legislação Federal, e, como eu disse, os órgãos de controle, Tribunal de Contas. Então, você já contratou antes, eu acho, né, Suzi, não tinha exigência de nota fiscal. Foi a partir do começo do ano, de janeiro, os órgãos de controle entenderam que, para o artista consagrado poder justificar o preço dele, os cachês, enfim, que são maiores, ele precisa encontrar uma maneira de justificar, “por que é que o meu valor é 10 mil reais?”. Eu preciso dizer, de alguma maneira, que no mercado, o entendimento é esse. Que o mercado paga esse valor para o artista. Nós entendemos, nós sabemos que a maioria dos artistas que são consagrados, inclusive, o sarau é um exemplo disso, não necessariamente há uma nota fiscal: estão dentro dessa formalidade. Então, para quem não entendeu ainda, a Portaria foi uma pesquisa que a gente fez, com outros editais similares, para balizar preços, para limitar, desculpa, balizar preços para as contratações artísticas.

Então, com base na quantidade de integrantes, para a maioria das categorias, – então, para vocês, só como um exemplo –, a música é uma linguagem: a gente, diante das pesquisas, encontrou que, de um a dois artistas, a média de valor seria de dois mil reais; de três

a quatro artistas, para um *show*, quatro mil e pouquinho; de cinco a seis, 5.300; acima de sete, 5.700. Só para vocês terem uma ideia.

Então, esses valores saíram com pesquisas de outros editais similares à contratação artística, mas, repito, para a Suzi e para todos, a Portaria não está fechada. Isso não quer dizer que, ano que vem, nós não possamos rever, porque pode ser que ano que vem, - já é difícil dois mil reais agora –, acredito que o valor talvez não atenda um a dois integrantes. Então, a Portaria precisa, sim, ser revista anualmente: esses cachês e as linguagens que não contemplam, ainda. Mas a formação que vai acontecer nos territórios, Suzi, é justamente para atingir esse público – essas pessoas que não estão sabendo o que é a Portaria, que não sabem como contratar. Então, nós estamos vindo às audiências e escutado isso, tentando, diante do que podemos fazer na Coordenadoria das casas, dar um retorno das demandas. Então, gostaria de complementar isso, não sei se alguém mais quer falar...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CAMILA PASSOS DE SIQUEIRA – Então, pela Portaria, se você é contratado pela Portaria, não precisa mais comprovar o preço: é de acordo com a quantidade de pessoas para linguagem de música, teatro, literatura – que inclui sarau. E aí, há o limite, esses limites de valor, mas não precisa das três notas, não é mais uma exigência; a não ser que, por exemplo, você possui um grupo de oito pessoas, incluindo a si mesmo: “Ah, nosso cachê é sete mil”. Está acima da Portaria. Então, nesse caso, precisaria da nota. Mas até o teto da portaria, não precisa comprovar nota: através de nota, está bom. Espero que, nessa formação que vai acontecer na Casa de Cultura do Campo Limpo, vocês movimentem também. Estamos conversando com a coordenação, com a nova coordenação, para movimentar produtores, artistas, para que chegue em todo mundo. Esse é o objetivo, está bom. Alguém mais? Quer, Vini?

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Boa noite, gente, eu sou o Vinícius. Eu estou como Coordenador de Fomento da Secretaria Municipal de Cultura, e, acho que, antes de falar um pouco sobre as demandas, é sempre importante contextualizar quem eu sou, né. Eu sou militante

em economia solidária. Através da economia solidária, eu conheci a cultura e, através da cultura, eu conheci o território do Campo Limpo, da zona Sul e dos coletivos que aqui estão: artistas, produtores, gestores culturais. Então, para mim, estar presente, também, é muito significativo. Por isso, agradeço muito o convite, Elaine.

Bom, vou puxar algumas coisas que foram ditas e eu acho que não, necessariamente, nós vamos conseguir encaminhar. Mas eu acho que conseguiremos abrir portas para diálogo e tentar fazer algum encaminhamento posterior. Sobre o fomento da cultura na periferia, concordo com você, que a lei foi pensada de um jeito e a execução acaba indo para outro lugar. Acho que o processo de aperfeiçoamento da sua execução é necessário, constantemente. Então, acho que é um processo normal. Ela está aí em sua sétima edição, e é um processo que nós ainda estamos pensando em como ser executada. Muitas vezes, quando estamos montando o edital, estamos trazendo questões de coletivos. Ficamos pensando muito em como é que a lei, o que é que a lei quer dizer com isso e, muitas vezes, nós temos a dificuldade de entender por que, de fato, a lei é uma interpretação muito fluida, a interpretação da lei.

Então, o que eu sugeriria, e aí, era fazer, na verdade, uma reunião e eu sempre fico aberto a isso, com a coordenadora de Fomento de Cultura da Periferia: fazer reunião para vocês trazerem as demandas que angustiam vocês, o que é que nós podemos aperfeiçoar, o que a gente consegue melhorar na própria leitura do edital, na escrita do edital, para facilitar o acesso e tudo mais. Obviamente, mais do que tudo, a formação é necessária: isso é permanente, a formação. Mas mesmo assim, acho que é sempre o lugar do aperfeiçoamento. Nunca vamos conseguir chegar aonde nós queremos, mas acho que o lugar é o da utopia é esse. É pensarmos em uma utopia para conseguirmos chegar a um lugar – pelo menos no lugar médio, né.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Sim, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Sim, há esse recurso mesmo, inclusive, esse ano

nós queremos usar para alguma coisa que é para lei mesmo: a criação de uma plataforma que facilite o acesso, enfim. Mas isso são coisas que podem ser discutidas de maneira coletiva. É isso mesmo, mas aí eu bato também em uma tecla – que eu acho que a Kátia já trouxe – que é essa dificuldade de darmos devolutivas.

A Secretaria hoje, vocês sabem, possui um corpo muito pequeno de servidores, então, principalmente na periferia, estamos com dois técnicos, que cuidam de 60 projetos. Cada técnico do fomento ao teatro, que a Kátia estava falando, temos também dois técnicos que cuidam do fomento ao teatro, Zé Renato e mais passivo. Então, na verdade, não deveria ser justificável essa demora. Há a falta, muitas vezes, de diálogo do técnico com os coletivos. Mas eu gostaria muito de que vocês entendessem que, primeiro, temos uma falta de servidor, de fato. E aí, eu faço até um certo elogio, porque a Aline teve essa preocupação de trazer mais técnicos. Nós conseguimos mais técnicos para algumas linguagens, e isso foi um avanço. Mas sempre vai faltar, porque, enfim, historicamente, isso foi feito nos últimos tempos.

Mais do que isso, sobre a questão dos técnicos: existe uma dificuldade muito grande da relação do técnico com os coletivos, com os grupos, com os produtores. E aí, eu falo de um lugar, - que eu sempre falo para os Secretários de quem eu estive próximo, ou com quem eu tive diálogo -, como trabalhador da cultura dentro da Secretaria de Cultura. O gestor cultural; ele é militante, acredita muito na cultura - não vou dizer 100%, porque eu não conheço 100%, mas muitos deles acreditam. Então, eles lutam ali. Acho que a Suzi que falou que recebeu um *e-mail* às 11 horas da noite: isso é uma coisa que não deveria acontecer, mas acontece, porque eles acreditam na política pública, acreditam naquele evento, que aquela política tem que acontecer.

Então, eu sempre valorizo também e acho que é importante ter um lugar de diálogo e de respeito dos dois lados, assim como eu sempre exijo, para minha equipe um respeito aos coletivos e, se um dia não acontecer isso, me avisem, é bom ter essa devolutiva desse respeito com eles, porque, muitas vezes, são a ponte; o equilíbrio para fazer a coisa acontecer. Mas, de qualquer forma, acho que fortaleceu os diálogos. Fortalecer essa devolutiva é fundamental, tanto para o território de vocês, quanto para os coletivos, como os produtores. Bom, um pouco sobre

isso.

Eu vou discordar um pouquinho da primeira fala, não lembro de quem foi, desculpa, que fala de fomento na política pública. Acho que fomento é política pública, porém, não é a única coisa que a gente tem que fazer. Realmente, tem que ter um programa pensando na política da cultura da periferia como uma coisa muito mais ampla, de agentes comunitários, formação, fomento é necessário, é urgente. Aí, eu acho que eu dou um lugar, se eu puder, uma janela de oportunidade que nós temos, que é implementação da Lei Aldir Blanc nos próximos três anos. É um recurso que vai vir permanente – todo ano vai ter – e, aí, acho que é uma construção de diálogo que a Secretaria tem que fazer com a sociedade civil, no que vamos utilizar esse recurso, para quem vai esse recurso. Essa demanda de criar um programa, uma ideia, uma coisa muito mais estruturante de política pública para a periferia, principalmente, é necessária e se faz urgente. E não adianta a gente resgatar o que está no plano só, porque o plano também fica defasado com o tempo. Veio uma pandemia no meio, onde a demanda virou uma outra demanda para cultura, também.

Então, temos que pensar nessa janela que está vindo e pensar no que a podemos fazer em conjunto: como Secretaria e como sociedade civil. Então, eu tenho vocês, nesse lugar de nos pressionar, e eu acho que é um lugar muito comum, porque o Poder Público não anda sem a pressão da sociedade civil. Então, pensem nisso. Há a Paulo Gustavo, também, que vai ser uma discussão, mas a Paulo Gustavo é um valor, dos 87 milhões que foi dito, 25 milhões, só, que vão ser usados para cultura de outras linguagens, que não o audiovisual. Então, é muito concentrado no audiovisual, assim, mas tem a Aldir Blanc que vai vir, e dela, vai ter o repasse. Então, esse é um lugar de pensarmos em conjunto e, talvez, seja um lugar para abirmos portas para além de fomentos, para programas muito maiores que reestruturam, que tem uma legitimidade de segurança jurídica para as ocupações. Então, há muita coisa, muita pauta que pode ser construída com isso.

Enfim, me coloco à disposição também à reunião do dia 13, desocupações, e minimamente, eu tenho um histórico dos últimos tempos: fico à disposição. Acho que da minha

parte é um pouco isso, não sei se eu respondi a todo mundo, mas quem também quiser o meu contato, uma reunião comigo, fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Vinícius. Eu só queria, - é que me dá urticária –, eu não sei aqui, mas eu contei pelo menos umas 10 pessoas nesta sala, que ajudaram a escrever a lei de fomento à periferia e devo ter contado errado, devem ter mais.

A Lei de Fomento à Periferia é uma lei de iniciativa popular e uma das principais questões que a Meire apontou. Uma das principais questões, porque a lei foi escrita, e aí eu não sei, acho que foi a Meire mesmo que falou. Meire, eu vou te falar uma coisa: todas as pessoas que escreveram a lei, a primeira coisa que falavam era: “sabemos que estamos escrevendo uma lei que, assim que ela tiver pronta, ela já não vai servir mais”. Isso já era o entendimento, mas a luta pela lei é importante, pontuar isso é importante, mas o principal motivo do porquê a lei ter sido escrita foi o fato de as pessoas da periferia não conseguirem acessar os editais – os grandes editais.

E aí quando nós falamos dos grandes editais, eles não são tão grandes também, estou falando de 1% do orçamento da cidade, mas nós tínhamos uma discrepância, se não me engano, talvez a Kátia saiba melhor que eu, naquele momento o VAI, que era a principal iniciativa que chegava na periferia, era em torno de 15 mil e o fomento ao teatro, que chegava para pouquíssimos grupos da periferia e que era uma iniciativa importante da qual o fomento da periferia se inspirou, naquele momento dava em torno de 600, 700 mil reais. Hoje chega a um milhão, enquanto o fomento é 300. Então, a diferença entre uma lei que chegava na periferia – e não só na periferia, vamos pontuar –, que chegava em artistas produtores pretos, LGBTQTs, indígenas do território, e uma lei que chegava 90% nas regiões centrais da cidade para artistas e trabalhadores brancos, mesmo com toda a sua importância, era absurda. E é por isso que nós escrevemos, muita gente escreveu, a muitas mãos, a Lei de Fomento à Periferia. Então, quando ouvimos que nós estamos por conta dos... porque existe a lei e existe a regulamentação, por conta da regulamentação dos editais, nós estamos com uma dificuldade de acesso. E aí, Meire,

só depois, o bolsão 3, não é bolsão, bolsão é o 1, é o Centro, o Centro é 1 bolsão que é onde as pessoas precisam provar que é um bolsão de miséria na região central da cidade. A lei foi escrita dessa forma. A lei é para o território 3, é também um pouco para o território 2 e para o território 1, que conseguir provar situação de vulnerabilidade.

Então, não somos nós que temos que ver como que chega no bolsão, a lei é para o território 3, é para os grupos que fazem cultura e está escrito na lei e moram no território 3, vivem nesse território. É para isso que a lei foi escrita e criada. Então, isso é uma coisa, de novo, que está me incomodando, mas eu queria entender esse convite às pessoas que escreveram a lei e continuam na militância de cultura, a serem convidadas pela Secretaria para discutirem sobre a lei, porque, como já falaram também, e como está demonstrado, governo entra, governo sai, e as pessoas continuam. Em 2013, quando falávamos isso no Governo Haddad, as pessoas também apontavam que nós éramos uma oposição muito dura ao Governo Haddad. Então, não era uma relação do tipo: “gostamos desse governo e, por isso, nós ajudamos esse governo”, “desse governo, nós não gostamos, então nós não ajudamos esse governo”.

A Lei de Fomento à Periferia foi assinada em dezembro, porque o movimento aparecia em cada uma das agendas do Prefeito para dizer: “aprova a Lei de Fomento à Periferia”. A lei, de fato, para ser aprovada, foi uma luta dos movimentos. Não só a Lei de Fomento à Periferia, como o acréscimo no recurso do VAI, como o plano que a Suzi falou, do “Livro, Literatura”, como o Jovem Monitor Cultural. Praticamente, todos os projetos da Secretaria Municipal de Cultura que atendem a periferia foram através de briga, de luta desses militantes da cultura em relação à Secretaria Municipal de Cultura.

Agora, quando eu ouço que existem dois funcionários para cuidar do Fomento, eu acho que nós podemos discutir 50 vezes, não vai funcionar; não vai funcionar. De novo, vou resgatar aquilo que falou a Kátia, que nós falamos no começo da audiência: em 2013, na Conferência Municipal de Cultura, que já referenciava outras três conferências: a primeira reivindicação dos movimentos de cultura era que a Secretaria de Cultura se reformulasse, porque ela já não dava conta. Então, se ficarmos discutindo que nós estamos abertos; e não duvido –

se vocês não estivessem abertos, também não estariam aqui, conversando com a gente. Eu não duvido disso. Mas enquanto não fizermos uma discussão importante com a Secretária, com o Prefeito, para reformular a Secretaria Municipal de Cultura, para que os técnicos trabalhem em condições saudáveis, no mínimo, na Secretaria Municipal de Cultura, todo mundo pode ter o maior coração do mundo: nada vai sair. Nada vai sair. Não adianta nós chamarmos audiência, não adianta você estar disposto, não adianta as pessoas virem a todas as audiências, se não conseguirmos pôr em prática, porque é humanamente impossível duas pessoas cuidarem de 120 projetos.

- Manifestação no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – É isso que eu estou....

Como todo mundo aprendeu hoje com a Suzi, eu estou pedindo à Secretária. Faz um ano e meio que estou pedindo para conversarmos sobre a Secretaria Municipal de Cultura. O Eric pode confirmar isso, desde que ele chegou lá. Praticamente, todas as reuniões da Subcomissão de Cultura, nós pedimos, por favor, para que a Secretária repense o seu quadro de técnicos. E essa pressão não pode vir só do Legislativo; essa pressão também precisa ir da Secretária para o Prefeito, dizendo: “Não está legal, Nunes”, “Não está ‘da hora’ não ter funcionário aqui”. Enfim, é um pedido mesmo.

- Manifestação no recinto.

O SR. AURÉLIO – No ano passado, o teto da lei era 381 mil e agora está em 384 mil. A lei é corrigida pela Selic. Eu adoraria que o gabinete do Quilombo Periférico, por favor, Sra. Vereadora Elaine – adoro te chamar assim, Sra. Vereadora, que delícia -, visse a correção. Porque eu desconfio que a correção pela Selic não está acompanhando. Pode ser que eu esteja enganado, espero eu.

Outra coisa: eu acho que nós deveríamos acionar o Ministério Público, porque os funcionários da Secretária estão trabalhando em regime de escravos. Aí, nós precisamos ver isso aí, também, porque nós já cansamos de falar da reestruturação da Secretária. É muito triste ouvir isso, e sempre ouvir falar, faz chegar em uma hora que nós já nem escutamos mais, porque

já virou piadinha.

- Manifestação no recinto.

O SR. AURÉLIO – É insalubre a forma com que eles estão trabalhando. Um passo é a reestruturação da Secretaria. E há funcionários, há pessoas, um concurso. Acho que há mil pessoas que podem, neste momento, ser contratadas como GPP – Gestão de Políticas Públicas. Precisa de mais. Com a Aldir Blanc, dois anos atrás, a Secretaria fez um “intensivão”, direcionando pessoas de outras Secretarias para poder operar. Eu escutei o Vinicius falando que a Secretaria pegou mais funcionários. Não é o bastante para uma cidade que é quase um continente, pensando o que tem de tamanho.

Me desculpem a interrupção, mas precisamos ver a correção via Selic, porque eu acho que ela não está condizente.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Anotado, Aurélio.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Essa correção está vigente, sim, porque quem faz é a Contabilidade, nós não conseguimos lançar edital se não tiver a comprovação da Selic. Então, de fato, ela está atualizada, sim. Só para contextualizar também, o do VAI tem essa atualização, e nós escolhemos. No caso, foi uma opção minha de aumentar o valor. Teve um salto de valor individual...

- Manifestação no recinto.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Do quê?

- Manifestação no recinto.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Não vou lembrar o número do ano passado.

- Manifestação no recinto.

O SR. VINICIUS NASCIMENTO – Está. Eu vou verificar então.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Eu acho que tem os representantes das subprefeituras. Não sei se eles vão...

O SR. REGINALDO OLIVEIRA SANTOS - Tudo bem? Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Sou Reginaldo Oliveira Santos, Supervisor de Cultura da Subprefeitura de M'Boi Mirim.

É um prazer grande participar, estar presente pela primeira vez, hoje, em Campo Limpo, como Supervisor de Cultura. Estamos lá, em nosso segundo mandato de gestão e temos tentado fazer o possível dentro do âmbito cultural.

Na minha pasta de cultura, eu tenho mil reais. É um valor que não existe para mim, porque não se faz nada com mil reais. Então, nós não temos essa demanda de recursos para podermos fazer programas, projetos, oficinas. Nós dependemos muito mesmo do Poder Público, do que eu também faço parte.

Só em M'Boi Mirim há, hoje, – esse número é real –, 1 milhão de habitantes. Da Ponte do Socorro até o fundão, Jardim Capela, M'Boi Guaçu, nós já temos 1 milhão. Alguém, que eu não marquei o nome, disse que as duas subprefeituras dariam 1 milhão. Só em M'Boi Mirim há 1 milhão, com 15 espaços culturais, incluindo os CEUs, que são 7 na nossa Boi Mirim. Eu tenho uma Casa de Cultura e uma biblioteca. Uma Casa de Cultura que é gerida pela Cultura, dentro do espaço de M'Boi Mirim.

Na fala da Camila, realmente essa proposta. Nós, como sub, também pedimos que contratem artistas locais. É muito importante. Como estou em M'Boi Mirim, com 1 milhão de habitantes, com grafiteiro, com Afromix, com dança, com uma série de artistas, e não consigo ver, na nossa casa de cultura de M'Boi Mirim, os nossos artistas? Nada contra ninguém, só que não vejo os nossos participando dentro do espaço cultural nosso. Porque o recurso hoje aumentou bastante, realmente, em relação ao que era antes. Um número até bom, mas pouco ainda. Então, esse 1 milhão de pessoas são só em M'Boi Mirim.

Eu queria também falar sobre o Guinão. É lamentável o que houve. Nós, como cultura, produzimos com a Ivana de Campo Limpo – guerreira, também. Nós sabemos o que é montar um evento. Nós nos reunimos, trabalha um mês em um evento; em seis horas, ele acontece. Tirar do palco um artista, da forma como você foi tirado, é lamentável. Então, essa é uma fala que já foi feita, que vão fazer a correção, e nós pedimos desculpas a você.

Eu queria montar um compromisso com você. Eu queria pegar o seu contato e ir na Educação para propor que os CEUs te contratem. Compromisso nosso, está bom? Vou fazer

isso hoje, porque é muito importante. Você, com um projeto de 17 anos, nunca ter tocado ou ser contratado; o que está acontecendo? Vamos levantar esse assunto. E não é só o dele, mas de outros também. Então, temos que ajudá-lo, temos que abrir esse leque, está bom? Gostaria de ter o seu contato, quando acabar, para falarmos com a Regina, da Educação, sobre o porquê não se contratam os artistas locais.

Acho que é isso. Minha fala é nesse sentido. Parabenizo a Mesa. Conheci a Vereadora hoje, é um prazer realmente, fazendo parte lá na Câmara com o Vereador Milton Leite, que também luta bastante pelas coisas culturais da região. Então, estamos presentes para somar, à disposição de vocês e de Campo Limpo; somos vizinhos. Obrigado.

- Manifestação no recinto.

O SR. REGINALDO OLIVEIRA SANTOS – Verdade.

- Manifestação no recinto.

O SR. REGINALDO OLIVEIRA SANTOS – É recorrente. Chegou lá o Luciano, da Transcontinental, e ele carregou caixa de som. Eu fiquei sabendo disso, e eu fiquei, também, um pouco triste, está bom? Essa é a falta de funcionários. Realmente, ele tem que carregar caixa de som, montar equipamento e, depois, tocar. Não há funcionário. E desmontar, depois, porque senão é penalizado. Então, isso é muito grave mesmo em relação a funcionários. Realmente, está errado.

- Manifestação no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.

O SR. DEVAIR PAULO DE ANDRADE – Boa noite a todos. Eu queria cumprimentar a Vereadora Elaine e agradecer, em nome da subprefeitura, por estar presente. Meu nome é Devair Paulo de Andrade, eu estou Chefe de Gabinete da Subprefeitura. Agradeço, também, à Ivana, que é a nossa Supervisora de Cultura, que tem feito um ótimo trabalho com a gente. Nós sabemos o trabalho e a guerra que é fazer cultura na região.

Esse espaço, para nós, é muito importante. Audiência pública é muito importante. É um momento em que o Executivo e o Legislativo podem estar ouvindo os anseios da comunidade

artística da nossa região; e, através dessas discussões, desse diálogo, nós podemos encontrar, em conjunto, caminhos e soluções para esses anseios. A Subprefeitura de Campo Limpo está de portas abertas. Nós não temos um orçamento próprio para a cultura, mas temos muita disposição e garra para buscar parcerias na região dentre os comerciantes e emendas parlamentares que são enviadas para a Subprefeitura na área de cultura.

Estamos de portas abertas para vocês, lá. A Ivana, eu irei, também, registrar que está fazendo um ótimo trabalho. É uma guerreira, realmente, porque nós sabemos das dificuldades do Poder Público. Também passamos por isso nas subprefeituras. Em 2012, tínhamos praticamente 500 funcionários, hoje temos 130, chegando ao final do ano com uma boa parcela desses funcionários indo se aposentar; mas as demandas são as mesmas e vão aumentando a cada dia. Isso é muito importante registrar.

Agradeço aos organizadores desta audiência pública e por estar participando disto. Minha esposa é da área artística: é atriz e luta pelo empreendedorismo feminino. Nós sabemos que a cultura gera emprego, renda, entretenimento e é muito importante para a nossa região. Então, desde já, agradeço a todos vocês por eu estar presente com vocês e deixar à disposição a Subprefeitura de Campo Limpo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada, Devair. Eu agradeço, mais uma vez, a todas as pessoas, as do Poder Público que estiveram presentes e agradecer também aos funcionários da Câmara Municipal de São Paulo, que nos auxiliaram a fazer esta audiência pública, hoje. Gostaria de dizer que, nas audiências públicas externas, nós recolhemos as informações, as solicitações e na reunião seguinte da Subcomissão de Cultura, trazemos algumas devolutivas possíveis que conseguimos dialogar com a Secretaria ou na própria Câmara; o que for possível. Então, todos os encaminhamentos, todas as sugestões, nós falamos sobre elas, conversa sobre elas e diz o que nós estamos fazendo na próxima reunião da Subcomissão de Cultura na Câmara Municipal de São Paulo.

Aí, nós estamos fazendo também um giro na cidade inteira, temos ainda mais cinco audiências públicas externas deste ano da Subcomissão de Cultura; e a ideia é que depois, nós

conseguimos fazer uma grande avaliação de quais são as demandas, quais aparecem mais nos territórios – o que é importante para discutir novamente na Subcomissão de Cultura e como devemos proceder.

Agradeço a participação de todos, e peço para que todos acompanhem, na próxima reunião da Subcomissão de Cultura, as devolutivas que nós traremos. Na verdade, nós vamos trazer algumas devolutivas juntas, porque tivemos recesso, e não houve algumas reuniões da Subcomissão. Então, a gente traz essas devolutivas e continua em contato permanente com os territórios por onde nós passamos. Acho que daqui, principalmente, nós já saímos com o compromisso, com o Eric, de uma reunião para falar dos blocos de ocupação. Também estou fazendo um pedido público, neste momento, que a gente possa falar sobre o Fomento Periferia, também. E guardo sempre um pedido das casas de cultura, porque esse episódio que aconteceu, - as meninas sabem –, porque eu fui expulsa da Casa de Cultura de Cidade Tiradentes há alguns dias, em uma atividade de um coletivo de mulheres de Cidade Tiradentes. Então, obviamente, é uma questão delicada para resolvermos, porque expulsam não só artistas, mas eu estava lá. Eu não estava lá nem como Vereadora. Eu sou de Cidade Tiradentes e fui assistir a um evento do mês da mulher afro, latino-americana e caribenha, que não era nem proposta da casa de cultura, era um coletivo de cultura do território que fez e pediu o espaço da casa de cultura. E eu fui expulsa. Expulsar convidado, grupo, vereador, morador, tanto faz, é expulsão mesmo. Então, isso é uma questão bem delicada para nós. Gostaríamos de conversar sobre isso também.

Então, é isto: abrir esse diálogo com o território, e conseguirmos manter esses diálogos no sentido de sanar o que é possível. Nós sabemos que há muita coisa que depende de recurso, depende de um monte de coisa, que também é direito. Também acho que foi bem importante a fala do Fernando, que diz do recurso que o Município há, hoje, em caixa. Mas há coisas, como disse o Guinão, que é de você respeitar as pessoas que estão dentro dos espaços públicos. Fazer a discussão hoje sobre os espaços de ocupação – e isso foi muito colocado – é porque quem conhece a cultura da cidade de São Paulo, quem conhece os espaços culturais, quem conhece as experiências incríveis e impressionantes que o Município produz. Teve uma

pessoa que falou: “nós brigamos com a Secretaria de Cultura, com o Poder Público para manter a Secretaria de Cultura funcionando”. Então, este tem sido o trabalho dos artistas, que deveriam estar pensando e produzindo arte: brigar com a Secretaria de Cultura, para que a Secretaria de Cultura funcione.

Então, é nesse sentido que nós chamamos essas audiências, que convidamos as pessoas e o Poder Público a conversar - para que consigamos chegar a um denominador mínimo de funcionamento desses espaços; que respeitem a população, que respeitem o trabalho desses coletivos. Nós nem estamos falando em avançar; nós estamos falando de se ter o mínimo respeito. Aí, quando conquistarmos o mínimo respeito, nós, de repente, conseguimos falar de avançar. Eu acho que todas as demandas que foram trazidas, hoje, têm um histórico. Foi citado um histórico de 2013, mas em 2013, nós falávamos da mesma luta da década de 80.

- Manifestação no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Então, nós estamos falando de muita caminhada, muita trajetória, que deve ser minimamente respeitada. Respeitar a cultura que é feita nos territórios periféricos, porque a gente ouvia muito lá atrás, e, às vezes, algum desavisado ainda solta isto: “Nós precisamos levar cultura para a periferia”.

- Manifestação no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Eu acho que quem frequenta a periferia, ainda que só frequente, vai saber que não precisa trazer nada para a periferia – e que esse espaço precisa ser respeitado. Pelo contrário: é a periferia que exporta o que produz para as novelas, para os filmes e para a indústria fonográfica. Então, é o mínimo, do mínimo, do mínimo, que temos pedido, temos ouvido nessas audiências públicas.

Então, é isso. Muito obrigada a todos, todas e todes, e nos vemos na próxima reunião da Subcomissão de Cultura e em seguida, dia 08/09, na Casa de Cultura do Butantã, na nossa próxima audiência pública externa.

Obrigada. (Palmas)